

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos e Privados de
Liberdade**

Mari Angela Broilo

**A ROTATIVIDADE DOS PROFESSORES NA EJA: A SOLIDÃO
DOCENTE NA E PELA INEXISTÊNCIA DE POLÍTICAS
PÚBLICAS**

Porto Alegre

2011

MARI ANGELA BROILO

**A ROTATIVIDADE DOS PROFESSORES NA EJA: A SOLIDÃO
DOCENTE NA E PELA INEXISTÊNCIA DE POLÍTICAS
PÚBLICAS**

Monografia apresentada junto ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos e Privados de Liberdade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para conclusão de curso.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Laura Souza Fonseca

Porto Alegre

2011

MARI ANGELA BROILO

**A ROTATIVIDADE DOS PROFESSORES NA EJA: A SOLIDÃO
DOCENTE NA E PELA INEXISTÊNCIA DE POLÍTICAS
PÚBLICAS**

Monografia apresentada junto ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos e Privados de Liberdade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para conclusão de curso.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Laura Souza Fonseca

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Laura Souza Fonseca

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, _____ de novembro de 2011

"Educar e educar-se,
na prática da liberdade,
é tarefa daqueles que pouco sabem –
por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais –
em diálogo com aqueles que, quase sempre,
pensam que nada sabem, para que estes,
transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem,
possam igualmente saber mais".

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho propõe identificar o porquê da alta rotatividade de professores na Educação de Jovens e Adultos no município de São Leopoldo nos últimos cinco anos. Optou-se por fazer a pesquisa em duas escolas, as quais serão identificadas como Escola A e Escola B. Inicialmente realizou-se a análise de documentos para verificar os dados quantitativos da rotatividade de professores das duas escolas públicas. Após conhecer os números, partiu-se a campo, onde foi realizada a entrevista estruturada com os professores que deixaram as escolas nos últimos cinco anos. Finalmente realizou-se o estudo exploratório para tentar entender as causas da rotatividade, qualificando, portanto, os dados iniciais.

Palavras Chave: rotatividade, docentes, EJA, rede pública de ensino.

SUMÁRIO

SIGLAS

| | |
|--|-----------|
| RESUMO..... | 5 |
| 1 INTRODUÇÃO | 7 |
| 1.1 Objetivo Geral | 7 |
| 1.2 Objetivos Específicos..... | 7 |
| 2 JUSTIFICATIVA | 8 |
| 3 METODOLOGIA..... | 15 |
| 3.1 Quadro Quantitativo | 16 |
| 4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... | 20 |
| 5 ANÁLISE DOS DADOS | 34 |
| 5.1 Dados Quantitativos (gráficos)..... | 35 |
| 5.2 Dados Qualitativos (quadros)..... | 41 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 51 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 53 |

1 INTRODUÇÃO

Este estudo, de natureza exploratória, pretende identificar os indicadores da rotatividade dos professores na Educação de Jovens e Adultos de duas escolas do município de São Leopoldo, e entender o porquê de tanto entra e sai dos educandos nestas escolas durante o ano letivo.

1.1 OBJETIVO GERAL

O presente trabalho tem como objetivo investigar o porquê da rotatividade dos professores na Educação de Jovens e Adultos no município de São Leopoldo nos últimos cinco anos.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Conhecer a realidade dos professores que trabalham com Educação de Jovens e Adultos, utilizando a pesquisa estruturada, a fim de obter dados para saber os motivos pelos quais os professores entraram nos indicadores da rotatividade.

Investigar quais as condições que o professor tem para não entrar no índice da rotatividade, com questões relacionadas à formação inicial e continuada, carga horária e questões particulares quanto ao motivo de entrada e saída na EJA.

2 JUSTIFICATIVA

Define-se rotatividade de professores como o fluxo de entrada e saída nas escolas, isto é, uma "flutuação de docentes" conforme seus interesses pessoais e do sistema. São vários os fatores que geram a rotatividade, a motivação do professor está diretamente ligada à sua permanência na escola, além do mais, professor adoece, tira licença, muda-se de cidade, está insatisfeito com seu salário, ou, simplesmente, desiste da profissão.

Venho de uma época em que a escola acreditava que o conhecimento era algo pronto, acabado, perfeito, no qual o aluno era visto como uma folha de papel em branco, em uma escola que priorizava a memorização, a repetição através da fragmentação do conhecimento. Parafraseando SAVIANNI, a escola possuía um ensino centrado e organizado em torno da figura do professor. As lições dos alunos eram seguidas com disciplina e atenção, direcionadas pelo mestre-escola, ao aluno competia aprender. Os alunos eram como um rebanho tranquilo, recebiam e absorviam os conteúdos que representavam a verdade inquestionável.

Como profissional de educação, tenho consciência de que o mundo mudou e a atual realidade exige novas habilidades e competências, pois o perfil do profissional também mudou e a interdependência entre a educação e o universo do trabalho é uma realidade, portanto fica clara a necessidade de reconstruirmos nossas crenças e metodologias. Como declara FRIGOTTO:

[...] O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade – é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana. (Marx, 1982, p. 50). Nesta concepção de trabalho, também está implícito o conceito ontológico de propriedade – intercâmbio material entre o ser humano e a natureza -, para poder manter a vida humana. Propriedade, no seu sentido ontológico, é o direito de ser humano, em relação e acordo solidário com os demais, de apropriar-se – transformar, criar e recriar, mediado pelo conhecimento, ciência e tecnologia – da natureza e dos bens que produz, para reproduzir a sua existência, primeiramente física e biológica, como também cultural, social, estética, simbólica e afetiva.[...] (FRIGOTTO, 2002, p.13 e 14)

Acredito que o professor é um mediador que coloca o aluno em contato com o conhecimento construído historicamente e com ele trabalha os conteúdos. Segundo SAVIANNI, ambos, professor e aluno, não possuem e nem possuíam, separadamente, este poder mágico de “gerar” o ensino–aprendizado. Sabemos hoje, que o papel do educador é gerar motivação e repassar metodologia de busca e aquisição do conhecimento, com participação ativa do aluno, considerada na minha época, como ser passivo perante o fenômeno ensino-aprendizagem. Naquele tempo, os professores se limitavam às explicações cansativas para o coletivo e os alunos, segundo BERHENS (2005), obedeciam sem questionar, sua real função no processo educativo era realizar tarefas, preferencialmente sem questionar seus objetivos. Aos alunos cabia silenciosamente acumular as informações e sob a orientação do mestre memorizar definições, conceitos, enunciados e resumos de grandes obras. As práticas pautadas na simples reprodução do conhecimento, enquanto verdades absolutas, já não dão conta da multiplicidade de saberes existentes na sociedade e, dessa forma, pode não mais representar um meio eficiente de promover uma educação voltada para as realidades específicas de cada educando. O professor não é mais o detentor do conhecimento, aquele que sabe tudo, nem seus alunos são meros receptores, o professor é aquele que aponta caminhos para que seus alunos descubram e construam de forma interativa os saberes, através do trabalho em conjunto, considerando os interesses dos alunos e seu conhecimento de mundo. RUMMERT destaca a necessidade da valorização dos saberes dos educandos:

[...] A compreensão do conhecimento como trajetória, assim como o reconhecimento de que os alunos, enquanto sujeitos culturais, dominam saberes que, valorizados, dão nova dimensão às práticas pedagógicas, permite a todos – professores e alunos – voltar, a si próprios e aos outros, um olhar que se distancia da perspectiva negativa que, muitas vezes, marca a concepção que se tem da EJA. Um olhar que propicia a permanente descoberta do novo e que estimula e lança as bases da construção coletiva de novos saberes, da permanente ampliação dos conhecimentos, numa espiral que não possui ponto de chegada preestabelecido, em decorrência da origem de classes daqueles que frequentam a escola. [...] (RUMMERT, 2002, p. 127)

As argumentações de RUMMERT remetem-me diretamente aos meus alunos da EJA, os quais se caracterizam como um grupo heterogêneo, do ponto de vista da

faixa etária, da cultura, da visão de mundo e dos conhecimentos prévios. A imersão, por vezes, precoce, no mundo do trabalho e a experiência social fizeram com que esses alunos acumulassem uma bagagem rica e diversa de conhecimentos e formas de atuar no mundo em que vivem.

A escola representa para eles um espaço, ao mesmo tempo, de recolocação social, de sociabilidade, de formalização do saber e de desenvolvimento pessoal. Cabe a nós, docentes atuantes na EJA, sabermos aproveitar toda essa bagagem desses jovens e adultos, relacioná-las ao processo de ensino-aprendizagem significativo, tornando as aulas num encontro de satisfação de suas necessidades e expectativas. Voltando aos argumentos de RUMMERT, a escola não pode mais fazer de conta que não enxerga essas diferenças, sobretudo, quando se fala em Educação de Jovens e Adultos:

[...] Os jovens e adultos trabalhadores trazem, para o interior do espaço escolar, uma multiplicidade e uma riqueza de saberes que quase nunca ousam externar por considerá-los inadequados, sem valor, ou mesmo equivocados. A escola, por uma série de razões marcadas por um processo de cristalização de valores ideologicamente construídos pelos interesses dominantes, com frequência também se fecha a esses saberes, ignorando-os ou desqualificando-os. Romper esse distanciamento nos jovens e adultos trabalhadores seres construtores da cultura, artífices primeiros de muitos conhecimentos que, no decorrer do processo histórico, serão apropriados e sistematizados pelas forças dominantes e, conseqüentemente, de acordo com a lógica estrutural do capitalismo, apartados do lócus em que se originaram, constitui uma tarefa a ser assumida pela escola comprometida com a classe trabalhadora. Ao fazê-lo, a escola demonstrará reconhecer que há diferentes formas de conhecimento: não há um saber em geral, nem ignorância em geral.[...] (RUMMERT, 2002, p. 126 e 127)

Confesso que, às vezes, essa responsabilidade toda me assusta, parece-me que faltam subsídios para encontrar “conteúdos significativos” para EJA, pois devido às diversidades que existem nas classes de Educação de Jovens e Adultos, bem como as realidades diferentes de cada aluno, faz-se necessário abordar na sala de aula temas compatíveis com os interesses, tanto dos jovens, como também dos adultos. Não se pode deixar de destacar que o convívio entre diferentes faixas etárias, do aluno jovem com o aluno adulto pode ser enriquecedor, os alunos que interagem têm visões de mundo diferentes, têm culturas diferentes e ninguém é detentor da verdade, somos apenas uma cultura possível entre tantas outras, mas não a única. Assim como eu vários outros colegas que trabalham com a EJA e que também não possuem curso específico

sentem estas mesmas angústias. As universidades se configuram num importante instrumento na formação dos docentes, até quando vão deixar fora de seus currículos a Educação de Jovens e Adultos? Observando a última reformulação curricular do Curso de Graduação de Letras, constatei que, desde a época em que me formei até os dias de hoje, a EJA não faz parte do currículo, fato totalmente contraditório, pois todos os professores que trabalham na Educação de Jovens e Adultos, com o componente curricular de Língua Portuguesa, são obrigados a apresentar diploma de graduação de Letras, essa realidade estende-se para todos os outros professores de qualquer componente curricular. As instituições de ensino superior devem repensar a organização de seus currículos, incluindo a Educação de Jovens e Adultos em todos os cursos de licenciatura, pois esse profissional vai trabalhar com a EJA dentro de realidades que precisam estar atentos para possibilidades diferentes de prática educativa de Jovens e Adultos.

Optei em ser professora muito cedo, na época em que o professor era o detentor do saber e sua função era “passar” os conteúdos, com o tempo essa teoria foi caindo em descrédito em função do fracasso escolar, o qual contribuía para a reprovação e para o abandono da escola. Formei-me no Curso de Magistério em 1992. Em 1993, comecei a trabalhar com Educação de Adultos, na época denominada Ensino Supletivo, mas não como regente de classe, e sim como secretária escolar, na rede privada. Somente em 1996 consegui ingressar na faculdade. Sem conhecer a realidade das salas de aula, escolhi fazer o curso de Licenciatura. Optei por Letras, por ter adoração pela leitura. Em 2002 formei-me no Curso de Letras, e já comecei a lecionar na EJA.

Foi então que me deparei com a realidade da sala de aula e descobri o quanto despreparada eu estava. Senti necessidade de fazer cursos, sempre dentro de minhas áreas de conhecimento que é a Língua Portuguesa e Literatura, pois, até então, não se falava em formação continuada para trabalhar com educação de adultos, tampouco, na graduação havia cadeira sobre Educação de Jovens e Adultos. Esses cursos me ajudaram enquanto conteúdo, mas nenhum processo de formação continuada que participei “deu conta” de como lidar com um alunado permeado por singularidades, instabilidades, conflitos e incertezas de valores diversos, sim, porque o discurso é que o professor deve dar conta de tudo isso, pois estamos na era da inclusão. E como dar conta se a Secretaria de Educação não oferece formação continuada em serviço? Pois a

formação continuada que a SMED diz que oferece para os professores da EJA não passa de meras reuniões para passagens de cronogramas e amostras de trabalhos realizados em sala de aula, a qual não se caracteriza como formação continuada para dar apoio ao professor para sua prática educativa com a EJA.

Em 2006, ingressei na rede pública do município de São Leopoldo, para tanto realizei concurso para trabalhar com o Ensino Fundamental – Séries Finais, com o componente curricular de Língua Portuguesa, foi quando deparei-me com grupos heterogêneos de alunos da Educação de Jovens e Adultos, sem realizar concurso para essa modalidade, e sem possuir formação especializada para tal. E agora professora, como trabalhar com realidades tão distantes e tão próximas ao mesmo tempo? E agora professora coloca em prática tua competência profissional e dá conta de tudo isso, como declara LOBO NETO:

[...] Pode-se dizer, portanto, que alguém tem competência profissional quando constitui e mobiliza, de forma articulada, conhecimentos, habilidades e atitudes para a resolução de problemas não só rotineiros, mas também inusitados em seu campo de atuação profissional. Assim, age eficazmente diante do inesperado e do inabitual superando a experiência acumulada transformada em hábito e liberando o profissional para a criatividade e a atuação transformadora. [...] (LOBO NETO, 2002, p. 98)

Diante destas constatações, quais as condições dos docentes que trabalham com a EJA têm de dar conta de todas essas demandas?

A rotatividade dos professores na Educação de Jovens e Adultos é um fato que venho observando ao longo de vários anos, pois trabalho com Educação de Adultos desde 1993 e durante todos esses anos percebo o entra e sai de professores que trabalham com essa modalidade de ensino, portanto o problema da rotatividade não é um tema recente. Apesar de já haver alguma literatura sobre a rotatividade de professores, há poucos trabalhos procurando entender os determinantes da rotatividade docente e também quase não se fala sobre isso nas escolas. Encontrei apenas uma produção acadêmica falando especificamente sobre a rotatividade de professores “A rotatividade docente numa escola da rede estadual de ensino”, de Jadilson Lourenço da Silva (2007), as demais encontradas apresentam nos corpos de seus trabalhos reduzidas

linhas falando sobre esse tema, tais como: “Professores temporários e o trabalho docente”, de Fernanda Galisteu Lourenço, “Atributos escolares e o desempenho dos estudantes: uma análise em painel dos dados da SAEB”, de Roberta Loboda Biondi e Fabiana de Felício, “A violência dentro da escola”, de Rafael Moreira de Cerqueira e Renato Pereira Lopes, entre outros, mas nenhum com o tema específico da rotatividade dos professores na EJA. Falando especificamente sobre o tema da rotatividade de professores, encontrei reportagens em revistas (Revista Nova Escola - Junho/Julho 2009 – Como lidar com a rotatividade de professores), (Editora Abril – set/2008 - Como reduzir a rotatividade dos professores), e jornais (O Estado de S. Paulo – Nov/2007 – Alta rotatividade de docentes afeta ensino em São Paulo), (o Fluminense – Fev/2011 – Rotatividade de professores preocupa pais e alunos em São Gonçalo), (Revista Guia Prático para Professores do Ensino Fundamental – entrevista com o professor Carlos Roberto Jamil Cury), mas não especificamente com professores da EJA, e sim, do ensino regular. Com base nessa observação, resolvi investigar o porquê de toda essa circulação dos professores que trabalham com Educação de Jovens e Adultos no município de São Leopoldo.

A escolha pelo período dos últimos cinco anos, de 2006 a 2010, deu-se por ser o tempo em que trabalho na rede municipal de São Leopoldo, pois ingressei na rede pública em 2006, e também, porque foi neste ano que começou a ser oferecida a modalidade EJA na escola A, a qual trabalho.

A rede municipal de São Leopoldo possui 15 escolas que oferecem a modalidade de ensino EJA. Selecionou-se duas escolas para realizar o estudo sobre a rotatividade, as quais serão referidas como escola A e B. A escolha dessas duas escolas deu-se por serem consideradas escolas de passagem, porque estão localizadas em regiões periféricas e comandadas pelo tráfico, o qual já é um elemento significativo que gera a rotatividade dos professores das duas escolas.

A clientela são jovens e adultos, moradores do Bairro Vicentina e Vila Paim do município de São Leopoldo, que necessitam concluir o Ensino Fundamental.

A Escola A, apesar de ser a mais antiga das duas escolas escolhidas, fundada em 1960, conhecida como “Brizoleta”, trabalha com EJA há cinco anos. No ano de 2005 a escola iniciou uma pesquisa junto à comunidade para saber se existiam alunos

para que ocorresse a instalação da Educação de Jovens e Adultos. Assim, no ano seguinte, no turno da noite, a EJA passou a fazer parte do cotidiano escolar da Escola A.

A Escola B, fundada em 1990, possui EJA desde 1996, quando foi implantado o Projeto Aprender é Possível (Alfabetização e pós-alfabetização), com três turmas, as quais atualmente fazem parte da EJA. Segundo relato de professores, a implantação desta modalidade de ensino foi uma conquista da comunidade que precisava trabalhar e não tinha condições de concluir seus estudos, portanto, para muitos, a EJA passou a ser a oportunidade de conclusão do Ensino Fundamental.

Trabalho no Município de São Leopoldo, no qual sou concursada, professora lotada na Escola A. O espaço físico é bem organizado e limpo. A escola é muito bem equipada, tem laboratório de Ciências, de informática, biblioteca com acervo bem diversificado, quadras poliesportivas, auditório, refeitório, várias salas, banheiros. Acredito que a única coisa que falta na minha escola é Orientação Pedagógica. É uma escola grande, a qual atende em torno de 1.200 alunos, distribuídos nos turnos da manhã, tarde e noite. Com todas essas boas características, fica o questionamento: por que será que ocorre tanta troca de professores na EJA?

Trabalhamos com turmas muito numerosas e o grupo de educandos possui um perfil heterogêneo quanto ao comportamento, aprendizagem e faixa etária, ou seja, são realidades diferentes em uma mesma sala de aula, diferentes quanto às culturas, valores, crenças e padrões de comportamento.

As condições sócio-econômicas de nossos alunos são díspares, assim como também existem, em algumas turmas, casos de defasagem de idade. Eles vivenciam a realidade social do país, convivem em famílias despreparadas para dar apoio mínimo necessário a sua aprendizagem.

Em sua grande maioria, os alunos da escola necessitam de estímulo diário para efetivamente se apropriarem do conhecimento, pois demonstram apatia para aquisição do mesmo. Contudo, cabe salientar que quando estimulados e chamados para fazer parte da construção do saber, mostrando a relevância de seus saberes trazidos, existe um maior interesse por parte deles. Além disso, o bom trabalho do professor reflete consideravelmente na produção do aluno. Mas, confesso, que a maior parte dos

professores que trabalham na EJA, não estão devidamente preparados para trabalhar com esse público, e pasme, alguns docentes nunca ouviram falar do Parecer 11/2000.

Felizmente, a Equipe Diretiva da minha escola é completamente comprometida com uma educação de qualidade, que tem como foco principal o processo de ensino-aprendizagem, bem como a cidadania, a valorização, o respeito para cada indivíduo, independente de sua origem. Conforme RUMMERT, a educação de jovens e adultos a partir do compromisso ético-político com a igualdade social, deve:

[...]propiciar aos jovens e adultos trabalhadores oportunidades efetivas de desenvolvimento integral, sem marcas discriminadoras de classe. [...]
(RUMMERT, 2002, p. 128)

3 METODOLOGIAS

Para verificar os indicadores da rotatividade dos professores utilizamos, inicialmente, a análise dos registros existentes nas próprias escolas, sob a forma de documentos, fichas, relatórios ou arquivos em computador. Segundo LUDKE e ANDRÉ (1986), a análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

Após conhecer os dados quantitativos, partiu-se para a entrevista estruturada¹ para verificar as causas da rotatividade através do estudo exploratório, qualificando, portanto, os dados iniciais.

O trabalho teve seu início com a pesquisa bibliográfica², a fim de fazer um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre a rotatividade de

¹ As entrevistas estruturadas são elaboradas mediante questionário totalmente estruturado, ou seja, é aquela onde as perguntas são previamente formuladas e tem-se o cuidado de não fugir a elas. O principal motivo deste zelo é a possibilidade de comparação com o mesmo conjunto de perguntas e que as diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes e não diferença nas perguntas (LODI, 1974 apud LAKATOS, 1996).

professores na Educação de Jovens e Adultos, um passo importante, por serem capazes de fornecer dados atuais sobre a rotatividade de professores. Segundo LUNA (1999), a pesquisa bibliográfica pode abranger publicações avulsas, livros, jornais, revistas, vídeos, internet e etc.

No segundo momento, utilizou-se a técnica da análise documental, a qual nos remeteu diretamente aos documentos³ no qual foi feita a coleta de dados para conseguir informações sob os aspectos determinantes da realidade, com a finalidade de identificar e obter provas a respeito dos indicadores da rotatividade dos professores das duas escolas pesquisadas. Os documentos analisados foram os Livros Pontos⁴ dos professores e o Boletim Mensal Administrativo da EJA⁵ das duas escolas em estudo.

A partir da análise desses documentos, organizou-se o quadro quantitativo, o qual mostra o índice da rotatividade dos professores da EJA das escolas A e B nos últimos cinco anos:

3.1 Quadro Quantitativo

| | | |
|---|--|--|
| A | Escola A | Escola B |
| N | | |
| O | | |
| | <ul style="list-style-type: none"> ▪ O ano iniciou com 10 prof^o. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ O ano iniciou com 06 prof^o. |

² A pesquisa bibliográfica é um levantamento importante tanto nos estudos baseados em dados originais, colhidos numa pesquisa de campo, bem como aqueles inteiramente baseados em documentos (LUNA, 1999).

³ Documento: palavra de origem latina – documentum: aquilo que ensina ou serve de exemplo ou prova. Documento é toda base de conhecimento fixado materialmente e suscetível de ser utilizado para consulta, estudo ou prova (MEDEIROS, 2006).

⁴ O Livro Ponto é um documento oficial de todas as escolas do município de São Leopoldo, o qual é utilizado para registrar as entradas e saídas de cada um dos professores. Este documento é organizado e supervisionado pelos gestores das escolas e fica arquivado na própria instituição, a disposição da SMED, caso haja necessidade.

⁵ O Boletim Mensal Administrativo da EJA⁵ é o documento onde registra-se toda a movimentação dos professores que trabalham com a modalidade EJA, ou seja, é um documento oficial da rede, obrigatório a todas as escolas que oferecem essa modalidade e tem o objetivo de informar a data exata de entradas e saídas dos profissionais que atuam na EJA.

| | | |
|------|--|--|
| 2006 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ 12 professores entraram. ▪ 15 professores saíram. ▪ 07 prof^o terminaram o ano. ▪ 04 professores antigos saíram. ▪ 06 prof^o antigos permaneceram. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ 03 professores entraram. ▪ 06 professores saíram. ▪ 03 prof^o terminaram o ano. ▪ 03 professores antigos saíram. ▪ 03 prof^o antigos permaneceram. |
| 2007 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ O ano iniciou com 08 prof^o. ▪ 08 professores entraram. ▪ 09 professores saíram. ▪ 07 prof^o terminaram o ano. ▪ 05 professores antigos saíram. ▪ 03 prof^o antigos permaneceram. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ O ano iniciou com 05 prof^o. ▪ 06 professores entraram. ▪ 06 professores saíram. ▪ 05 prof^o terminaram o ano. ▪ 03 professores antigos saíram. ▪ 02 prof^o antigos permaneceram. |
| 2008 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ O ano iniciou com 07 prof^o. ▪ 09 professores entraram. ▪ 09 professores saíram. ▪ 07 prof^o terminaram o ano. ▪ 06 professores antigos saíram. ▪ 01 prof^o antigo permaneceu. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ O ano iniciou com 06 prof^o. ▪ 05 professores entraram. ▪ 04 professores saíram. ▪ 07 prof^o terminaram o ano. ▪ 02 professores antigos saíram. ▪ 04 prof^o antigos permaneceram. |
| 2009 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ O ano iniciou com 06 prof^o. ▪ 10 professores entraram. ▪ 08 professores saíram. ▪ 08 prof^o terminaram o ano. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ O ano iniciou com 07 prof^o. ▪ 08 professores entraram. ▪ 07 professores saíram. ▪ 08 prof^o terminaram o ano. |

| | | |
|------|--|--|
| | <ul style="list-style-type: none"> ▪ 03 professores antigos saíram. ▪ 03 prof^o antigos permaneceram. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ 05 professores antigos saíram. ▪ 02 prof^o antigos permaneceram. |
| 2010 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ O ano iniciou com 10 prof^o. ▪ 08 professores entraram. ▪ 09 professores saíram. ▪ 09 prof^o terminaram o ano. ▪ 05 professores antigos saíram. ▪ 05 prof^o antigos permaneceram. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ O ano iniciou com 06 prof^o. ▪ 04 professores entraram. ▪ 03 professores saíram. ▪ 07 prof^o terminaram o ano. ▪ 04 professores antigos saíram. ▪ 02 prof^o antigos permaneceram. |

No terceiro momento realizou-se um estudo em diversos documentos oficiais, relatórios, artigos, tais como: Parecer 11/2000, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996; Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Comissão de Educação de Jovens e Adultos – Parecer nº 774/99 – Processo CEED, nº 553/27. 00/99.7; Regimento Padrão das Escolas Municipais de Ensino Fundamental de São Leopoldo; Regimento Escolar Padrão para Educação de Jovens e Adultos – São Leopoldo – Ensino Fundamental (Parcial) – REPEJA – EF2 “Aprender é possível”; Artigo: EJA: lutas e conquistas! - a luta continua: formação de professoras em EJA, com o intuito de refletir sobre as condições que os professores têm para não entrarem nos indicadores da rotatividade.

No quarto momento partiu-se para a técnica da pesquisa estruturada com os professores das escolas A e B, a fim de “entender” as causas do alto índice de rotatividade dos professores da EJA das duas escolas. Pelo fato de obter-se pouco tempo para a realização da pesquisa, optou-se pela técnica da entrevista estruturada. Segundo BONI e QUARESMA (2005), as principais vantagens de um questionário é que nem sempre é necessária a presença do pesquisador para que o informante responda às questões. Além disso, o questionário consegue atingir várias pessoas ao mesmo tempo,

facilitando a aquisição de dados. Ele garante também uma maior liberdade das respostas em razão do anonimato e obtêm-se respostas rápidas e precisas.

O critério utilizado para a seleção dos professores entrevistados foi baseado também no curto período de tempo para a realização das entrevistas, por essa razão, escolheu-se os professores que saíram da EJA nos últimos cinco anos e que continuam trabalhando nas duas escolas no diurno. O primeiro contato com os professores entrevistados deu-se através de um questionário, o qual foi entregue em mãos. Distribuiu-se quinze questionários, sendo que desses quinze, retornaram doze. Cada um dos entrevistados respondeu as seguintes questões:

1-Como e por que começou a trabalhar com a EJA? Em que ano começou a lecionar na modalidade de Educação de Jovens e Adultos? Realizou curso específico para trabalhar com a EJA? Quando trabalhava com essa modalidade, qual era sua carga horária?

2-Qual é sua formação? Possui formação específica para trabalhar com Educação de Jovens e Adultos? Qual? Quando trabalhava com a modalidade EJA, havia formação continuada em serviço?

3-Por que deixou de trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos? Em que ano saiu?

Através dos dados fornecidos nos doze questionários que retornaram, foi possível realizar o estudo no qual mostrou os motivos pelos quais os professores das escolas A e B entram para os indicadores da rotatividade.

Com base nos dados qualitativos, propõe-se realizar um estudo exploratório⁶, para familiarização com o fenômeno da rotatividade dos professores da modalidade EJA, dialogando com alguns autores, para melhor “entender” tal fato.

⁶ Uma pesquisa pode ser considerada de natureza exploratória, quando esta envolver levantamento [bibliográfico](#), entrevistas com pessoas que tiveram, ou têm, experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão. As pesquisas exploratórias visam proporcionar uma visão geral de um determinado fato, do tipo aproximativo. (CLEMENTE apud GIL, 2007)

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para entendermos a problemática da rotatividade dos professores na EJA, faz-se necessário conhecer um pouco sobre a história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

A Educação de Adultos existe desde o período do Brasil Colonial. Conforme escreveu AGUIAR (2001) no capítulo Histórico e Problemática da Educação de adultos no Brasil: políticas de (des)legitimação:

“A Educação de Jovens e Adultos, em nosso país, remonta o período do descobrimento. Com a chegada dos jesuítas, em 1549, é possível delimitar o início dessa modalidade de educação. Embora a missão principal dos Padres da Companhia de Jesus fosse a catequese, eles atuaram como os primeiros professores, não apenas das crianças, jovens e adultos indígenas, mas também dos africanos e, mais tarde, dos colonos portugueses”. (AGUIAR, 2001)

No Brasil Império deram-se algumas reformas na educação, as quais declararam a necessidade do ensino noturno para adultos analfabetos. Segundo AGUIAR (2001), a partir da Constituição Imperial outorgada em 1824, pode-se notar, pelo menos na letra da lei, uma preocupação com a Educação de Adultos. Ficava garantida “... instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”. Pela norma constitucional, também os adultos (indígenas, brancos e negros) passavam a ter direito à educação.

Com o fim da Segunda Guerra foi criada a ONU (Organização das Nações Unidas) e logo após a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) ampliando as preocupações com a Educação de Adultos no Brasil e alertando para as desigualdades entre as nações e sobre o papel da educação no desenvolvimento dos países integrantes, entre eles, o Brasil. Segundo CUNHA (1999), nessa época, o analfabetismo era visto como causa (e não como efeito) do escasso desenvolvimento brasileiro. Além disso, o adulto analfabeto é identificado como

elemento incapaz e marginal psicológica e socialmente, submetido à menoridade econômica, política e jurídica, não podendo, então, votar e ser votado.

Em 1947 o governo lançou a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos e junto deu-se a instalação do SEA (Serviço de Educação de Adultos do MEC). Iniciou-se, então, uma série de discussões a respeito da Educação de Adultos no Brasil.

Segundo SOARES (1996) essa Campanha foi lançada por dois motivos: primeiro era o momento pós-guerra que vivia o mundo, que fez com que a ONU fizesse uma série de recomendações aos países, entre estas a de um olhar específico para a Educação de Adultos. O segundo motivo foi o fim do Estado Novo, que trazia um processo de redemocratização, que gerava necessidade de ampliação do contingente de eleitores do país.

Nos anos 1950, a partir das contribuições de Paulo Freire, surgiu a educação popular, a qual propunha uma maior comunicação entre o educador e o educando e uma adequação das metodologias utilizadas nas classes populares.

Segundo SOARES (1996), o analfabetismo, que antes era apontado como causa da pobreza e da marginalização, passou a ser então, interpretado como efeito da pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária.

Com o Golpe Militar, em 1964, deu-se a ruptura desse processo de alfabetização, com a alegação de que a proposta de Freire era uma ameaça à ordem instalada.

A partir de 1967, surgiu o programa direcionado a Educação de Adultos de maior duração, o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), privilegiando a população da faixa etária dos 15 aos 30 anos, objetivando a alfabetização funcional.

Conforme AGUIAR (2001), do ponto de vista técnico-operacional, o MOBREAL constituía inicialmente, dois programas: o de Alfabetização Funcional e o de Educação Integrada. O Programa de Educação Integrada correspondia as quatro primeiras séries do antigo ensino primário e era realizada após a alfabetização. Somente a partir de 1973 o Programa de Integração Integrada passou a ter equivalência as quatro primeiras séries do ensino de 1º grau (haja vista a vigência de Lei 5692/71) por ato do Conselho Federal de Educação e, em 1974, o MOBREAL adquiriu o direito de outorgar

certificados de conclusão de curso, referendados pela Secretarias Estaduais ou Municipais de Educação.

Como o MOBREAL não cumpriu com a sua finalidade, que era terminar com o analfabetismo, pois a meta do MOBREAL era chegar em 1980 com o analfabetismo erradicado, ou mesmo reduzir o número de analfabetos no país, o movimento acabou na primeira metade da década de 1980, tendo como sua sucessora a Fundação EDUCAR.

A Fundação EDUCAR extinguiu o Programa de Alfabetização Funcional e o Programa de Educação Integrada, instituindo o Programa de Educação Básica, dirigido especialmente para a população da faixa etária acima dos 15 anos, entretanto, a EDUCAR assumiu a sequência dos trabalhos do MOBREAL, na verdade era uma extensão das classes deste.

Segundo CUNHA (1999), a década de 1980 foi marcada pela difusão das pesquisas sobre a língua escrita com reflexos positivos na alfabetização de adultos. Em 1988, foi promulgada a Constituição, que ampliou o dever do Estado para com a EJA, garantindo o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito para todos.

Na década de 1990 ocorreu um crescente reconhecimento da importância da EJA para o fortalecimento da cidadania.

Percebe-se que desde o período colonial até a década de 1990, em nenhum momento se falou nos profissionais da educação e seu papel na sociedade, como também não se mencionou sobre as especificidades do trabalho docente e tampouco sobre a importância de profissionais com formação específica para formação de Jovens e Adultos.

Na década de 1990 houve uma mobilização nacional, quando foram organizados os Fóruns Estaduais da EJA, o qual deu origem a uma série de encontros nacionais de EJA, como espaço de encontros e ações e parceria entre os diversos segmentos envolvidos com a área de EJA. Esses ocorrem num movimento nacional com o objetivo de interlocução com organismos governamentais para intervir na elaboração das políticas públicas.

Segundo SOARES (2004) os Fóruns se instalam, portanto, como espaços de diálogos, onde os segmentos envolvidos com a EJA planejam, organizam e propõem

encaminhamentos em comum. Nesse sentido, mantêm reuniões permanentes onde aprendem com o diferente exercitando a tolerância. Os Fóruns, portanto, têm sido interlocutores da EJA num cenário nacional, contribuindo para discussão e o aprofundamento do que seja a EJA no Brasil.

A modalidade de ensino EJA foi gradativamente implantada na rede municipal de São Leopoldo a partir da necessidade das comunidades, comprovando os recursos necessários baseados na Resolução de CEE de nº 250/99. Segundo o Regimento Escolar Padrão para Educação de Jovens e Adultos do município de São Leopoldo – Ensino Fundamental (parcial), 2000, a EJA tem o objetivo de propiciar um trabalho de alfabetização, pós-alfabetização e conclusão do Ensino Fundamental para jovens e adultos que auxiliem o sujeito de maneira integral e qualificada na busca do saber, na vivência no trabalho e no exercício consciente de sua cidadania, assim como resgatar e enfatizar a confiança dos educandos na sua capacidade criativa e produtora de conhecimentos.

Nessa perspectiva, em consonância com a Constituição Federal de 1988 e com o Parecer CNE 11/2000, entende-se que a EJA possui três funções: reparadora por restaurar um direito negado e a “igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano”, equalizadora por oferecer igualdade de oportunidades possibilitando aos sujeitos novas inserções sociais e, qualificadora, por respeitar e potencializar os conhecimentos construídos pelos sujeitos ao longo da vida.

Segundo as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica da Rede Municipal de Educação de São Leopoldo, a proposta pedagógica municipal da EJA tem como prerrogativa a democratização dos tempos e espaços escolares, ou seja, um efetivo trabalho curricular que contemple a diversidade na aprendizagem de cada sujeito e a representação democrática dos estudantes por meio dos conselhos de classe participativo, conselhos escolares e Congresso da EJA. Além disso, essa proposta baseia-se no trabalho com a totalidade dos conhecimentos e com a construção de “redes temáticas” no sentido de romper com a fragmentação do ensino buscando integrar os conhecimentos curriculares, partindo da coleta sistemática das falas produzidas pelos estudantes no contexto escolar. Desta forma, como estratégia curricular, propõe-se a organização dos componentes curriculares com isonomia de carga horária e por eixos temáticos pensados para serem balizadores do trabalho interdisciplinar e

transdisciplinar, tais como: Diversidade, Espaço e Tempo; Linguagens e Expressões; Saúde Coletiva e Corporeidade; Linguagem Lógica Matemática e Tecnologias Educacionais e Alfabetização e Letramento. Desta forma o cerne da proposta pedagógica municipal da EJA de São Leopoldo é a interação dos saberes curriculares entre si e com a vida dos estudantes, construindo um currículo de conhecimentos e envolvimento com o ensino fragmentado e amplie a concepção de educação. Isto é, que entende educação como direito de aprender, de ampliar conhecimentos ao longo da vida e não apenas de se escolarizar. Em seu conjunto, portanto, as Diretrizes Curriculares Municipais para o Ensino Fundamental, modalidade da Educação de Jovens e Adultos – EJA, devem possibilitar que os estudantes se tornem protagonistas de sua inclusão social, na perspectiva da cidadania e da elevação de escolaridade. Além disso, elas tematizam o mundo contemporâneo, no qual os dilemas e as perspectivas dos estudantes se inscrevem e se inserem num tempo e espaço de globalização, onde o mercado de trabalho encontra-se em constante transformação resultando em desigualdades sociais que geram exclusões. Considerando que “os jovens, adultos e idosos possuem diferentes interesses e demandam diferentes necessidades para serem atendidos com suas especificidades nas turmas de EJA” (GARCIA, 2011, p. 232), a escola deve ser para os estudantes um tempo e espaço de referência, local de encontro, de socialização, de relações intergeracionais, de pesquisa, de diálogo entre saberes, de estudo, de letramento, de possibilidades de eventos culturais, de formação integrada ao mundo do trabalho, de compreensão e de reconhecimento da experiência e da sabedoria, tensionadas pelas culturas de jovens, adultos e idosos, de ações favorecidas do processo e da participação cidadã.

A prerrogativa das Diretrizes Curriculares para a Educação Básica da Rede Municipal de Educação de São Leopoldo para com a EJA é, sem dúvida, excelente, porém como funcionária da rede, conhecendo a realidade das políticas públicas do município, entendo porque em nenhum momento o documento fala sobre o professor da EJA, suas condições de trabalho, sua formação, o processo de seleção para os docentes que trabalham com a Educação de Jovens e Adultos. Porque o professor que trabalha com essa modalidade não tem formação específica para dar conta da proposta pedagógica descrita no documento, se quer o município exige esta formação no momento da contratação do profissional, assim como não faz concurso público para trabalhar na EJA.

Já, o Regimento Escolar Padrão para Educação de Jovens e Adultos do município de São Leopoldo – Ensino Fundamental (parcial), 2000, descreve bem a realidade do profissional da EJA, o qual estabelece que a seleção dos educadores para a Educação de Jovens e Adultos no município em estudo é realizada entre os docentes já concursados na rede municipal que tenham habilitação específica e demonstram interesse de trabalhar com adultos. Os docentes são classificados através de entrevistas realizadas pelo grupo pedagógico da Secretaria Municipal e Cultura, juntamente com a devida comprovação da habilidade e da experiência ou conhecimento na sua área específica. Não podemos deixar, nesse momento, de dialogar com RUMMERT (2002), sobre a importância da formação específica para os profissionais que trabalham com a Educação de Jovens e Adultos:

“... É ressaltado, assim, entre outros, o fato de que as ações educativas voltadas, especialmente, para os jovens e adultos trabalhadores não devem ser realizadas contando com “um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista” (id., ib). A educação de jovens e adultos, para atender às funções que lhe são atribuídas, requer profissionais com formação específica, do mesmo modo que se faz necessária formação própria para o trabalho na educação infantil, por exemplo. Entretanto, a não-obrigatoriedade de estudos sobre essa modalidade de ensino nos diferentes cursos de formação de professores, bem como a ausência de concursos públicos específicos, expressa o fato de que o Estado não reconhece, efetivamente, a EJA como um campo de atuação profissional marcado por características distintas dos demais. (RUMMERT, 2002)

De acordo com o relator das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (2000), Carlos Roberto Jamil Cury, urge que a formação inicial e continuada da EJA seja o critério primordial para a seleção dos professores desta modalidade:

“A formação dos docentes de qualquer nível ou modalidade deve considerar como meta o disposto no art. 22 da LDB. Ela estipula que a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Este fim, voltado para todo e qualquer estudante, seja para evitar discriminações, seja para atender o próprio art. 61 da mesma LDB, é claro a este respeito: A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase de desenvolvimento do educando... Com maior razão, pode-se dizer que o

preparo de um docente voltado a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer.” (p.56)

(...)

“Vê-se, pois, a exigência de uma formação específica para a EJA, a fim de que se resguarde o sentido primeiro do termo adequação (reiterado neste inciso) como um colocar-se em consonância com os termos de uma relação. No caso, trata-se de uma formação em vista de uma relação pedagógica com sujeitos, trabalhadores ou não, com marcadas experiências vitais que não podem ser ignoradas. E esta adequação tem como finalidade, dado o acesso à EJA, a permanência na escola via ensino com conteúdos trabalhados de modo diferenciado com métodos e tempos intencionados ao perfil deste estudante. Também o tratamento didático dos conteúdos e das práticas não pode se ausentar nem da especificidade da EJA e nem do caráter multidisciplinar e interdisciplinar dos componentes curriculares. (p.58)

Esse discurso sobre a formação específica já vem desde a década de 1988, Líbia Maria Serpa Aquino, no Parecer CEED nº 774/99, a UNESCO, OREALC – Oficina Regional de Educação para a América Latina e Caribe já recomendava:

“É necessário estabelecer políticas nacionais de formação de docentes nas quais se contemple uma formação geral e intelectual. Isso significa que a profissionalização do educador de adultos deve ser entendida na perspectiva das características que a formação específica para a educação de adultos deve assumir, isto é, uma totalidade que lhe permita compreender social, cultural, econômico e político em que o adulto e o jovem se desenvolvem, além dos elementos epistemológicos e metodológicos necessários” (UNESCO, OREALC, 1988, p.28)

A preocupação com a formação do professor que trabalha com a modalidade EJA é um tema que já vem sendo discutido há algum tempo, mas me parece que na hora de fazer as políticas públicas no município de São Leopoldo nada disso é levado em consideração, na teoria é uma coisa, na prática é outra totalmente diferente.

Ainda, na década de 1990, o Programa Nacional de Valorização dos Profissionais de Educação Básica, do Ministério de Educação e Cultura, relatou:

“... a formação do magistério e a licenciatura não significam formação específica para a educação (...) de jovens e adultos, uma vez que poucos são os cursos de nível médio e superior que oferecem uma formação integral, voltada para tais especificidades. Na prática, os professores que atuam nesta modalidade de ensino, quando muito, fazem cursos de curta duração (40 a 120 horas) centrados quase que exclusivamente em técnicas de trabalho, com reduzida fundamentação teórica.” (BRASIL. MINISTÉRIO DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO BÁSICA: marco de referência. Brasília, 1990. Doc. Interno)

Um pouco mais recente, em 2008, a Revista Revej@ - Revista de Educação de Jovens e Adultos, no artigo de FONSECA, intitulado “EJA: lutas e conquistas! - a luta continua: formação de professoras em EJA”, aborda, também, sobre a formação dos professores da Educação de Jovens e Adultos:

“... é preciso que a formação não sofra solução de continuidade, ou seja, que professoras atuantes em classes de educação de jovens e adultos, quer na alfabetização e pós-alfabetização como nas turmas que dão continuidade à escolarização básica, mantenham a práxis. Dito de outra forma, num exercício constante que pressupõe olhar/intervir na prática e buscar fundamentação teórica para, outra vez, e de forma diferenciada, olhar/intervir na prática.” (FONSECA, 2008, p.90)

Conforme a Lei Municipal nº 3.754, de 20/05/1992, no Capítulo XV – Do Aperfeiçoamento e da Especificação:

“(…)

Art. 47 – É dever do professor diligenciar por seu constante aperfeiçoamento profissional, técnico e cultural.

Art. 48 – Os professores deverão frequentar cursos de especialização e de aperfeiçoamento profissional, para os quais sejam expressamente designados ou convocados, exceto no período legal de férias.

§ 1º - Indicam-se nestas obrigações quaisquer modalidades de reuniões de estudos e debates promovidos ou recomendados pela Secretaria Municipal de Educação.

Aqui cabe questionar quais são as condições que a Secretaria Municipal de Educação oferece aos professores para que eles realmente possam realizar esses cursos, em que momento esses cursos são oferecidos, pois as atuais condições de trabalhos não permitem ao professor dar conta do trabalho docente que abrange a preparação das aulas, correções de trabalhos e provas, organização do material utilizado nas aulas e a realização dos cursos mencionados na Lei supracitada como dever do professor, em que momento serão frequentados? O governo precisa pensar com urgência em políticas e práticas para a formação continuada em serviço, pois um dos problemas dessas exigências é a limitação de tempo para que o professor invista em seus momentos de sociabilidade e lazer, tanto para se refazer do trabalho denso exigido pela profissão, quanto para a sua diversão, participação social e entretenimento.

No Plano Nacional de Educação (2000) está bem claro, no item que diz respeito à valorização dos profissionais da educação, “particular atenção deverá ser dada à formação inicial e continuada, em especial dos professores. Faz parte dessa valorização a garantia das condições adequadas de trabalho, entre elas o tempo para estudo e preparação das aulas, salário digno, com piso salarial e carreira de magistério”, porém a rede municipal de São Leopoldo parece desconhecer esse documento.

Conforme as Diretrizes do Plano Nacional de Educação (2000):

a qualificação do pessoal docente se apresenta hoje como um dos maiores desafios para o Plano Nacional de Educação, e o Poder Público precisa se dedicar prioritariamente à solução deste problema. A implementação de políticas públicas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação é uma condição e um meio para o avanço científico e tecnológico em nossa sociedade e, portanto, para o desenvolvimento do País, uma vez que a produção do conhecimento e a criação de novas tecnologias dependem do nível e da qualidade da formação das pessoas. A melhoria da qualidade do ensino, indispensável para assegurar à população brasileira o acesso pleno à cidadania e a inserção nas atividades produtivas que permita a elevação constante do nível de vida, constitui um compromisso da Nação. Este compromisso, entretanto, não poderá ser cumprido sem a valorização do magistério, uma vez que os docentes exercem um papel decisivo no processo

educacional. A valorização do magistério implica, pelo menos, os seguintes requisitos:

- * uma formação profissional que assegure o desenvolvimento da pessoa do educador enquanto cidadão e profissional, o domínio dos conhecimentos objeto de trabalho com os alunos e dos métodos pedagógicos que promovam a aprendizagem;

- * um sistema de educação continuada que permita ao professor um crescimento constante de seu domínio sobre a cultura letrada, dentro de uma visão crítica e da perspectiva de um novo humanismo;

- * jornada de trabalho organizada de acordo com a jornada dos alunos, concentrada num único estabelecimento de ensino e que inclua o tempo necessário para as atividades complementares ao trabalho em sala de aula;

- * salário condigno, competitivo, no mercado de trabalho, com outras ocupações que requerem nível equivalente de formação;

- * compromisso social e político do magistério. (PNE/2000)

Ainda no mesmo documento, PNE/2000, temos a informação de que a formação continuada do magistério é parte essencial da estratégia de melhoria permanente da qualidade da educação, e visará à abertura de novos horizontes na atuação profissional. Essa formação terá como finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de seu aperfeiçoamento técnico, ético e político. A formação continuada dos professores da rede pública deverá ser garantida pelas secretarias estaduais e municipais de educação, cuja atuação incluirá a coordenação, o financiamento e a manutenção dos programas como ação permanente e a busca de parceria com universidades e instituições de ensino superior. Fala-se tanto em qualidade de educação, mas não oportuniza-se formação continuada para que o profissional possa exercer uma educação de qualidade, a discussão vai mais além, como é que um professor que não tem formação específica inicial, quanto menos continuada, consegue dar conta da função reparadora da Educação de Jovens e Adultos?

No artigo da revista *Revej@*, (2008), “EJA: lutas e conquistas! - a luta continua: formação de professoras em EJA”, escrito por FONSECA, temos o seguinte depoimento:

“Como formadora de professoras/es tenho tido a grata satisfação de participar de jornadas de formação em municípios da região metropolitana de Porto Alegre e outros próximos. Percebo exceções que ratificam a necessidade de

fomentar a formação continuada (graduação, *pós lato e stricto sensu*) bem como estratégias de formação em serviço, quando docentes entre si, com as coordenações pedagógicas específicas da EJA e/ou com convidadas/os externas/os, discutem sua prática, refletem a teoria, produzem novas práticas e constituem hipóteses para novos caminhos teóricos.” (p. 95)

Alguns anos já se passaram e a situação continua a mesma, pois os professores que trabalham na Educação de Jovens e Adultos, no Município de São Leopoldo, em sua maioria, não são contemplados com tais jornadas de formação citadas por FONSECA. Infelizmente, pode-se perceber que não há, ainda, uma política nacional de formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos no município em estudo.

E, indo além, não existe concurso público no município de São Leopoldo para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, os docentes que atuam na EJA são pertencentes ao corpo docente do ensino regular, ou seja, professores já vinculados à rede municipal de ensino que adicionam a sua jornada habitual de trabalho uma atividade profissional noturna, de modo a ampliar seus rendimentos, pois o piso salarial do município, que é de R\$ 1.286,02, exige que o professor trabalhe dois/três turnos para competir no mercado de trabalho com outras ocupações que requerem nível equivalente de formação. Ainda, refletindo com FONSECA (2008), sobre a inexistência de concurso específico para EJA e as mazelas que afetam os profissionais desta modalidade:

“De forma ampla, em nível municipal, o cuidado com a especificidade da EJA ainda é restrito; sequer o concurso específico está instituído na maioria das redes públicas. Não raro, a professora da EJA é concursada para as séries iniciais do Ensino Fundamental com crianças e adolescentes, trabalha no diurno com essa população e, à noite, desdobra para atender adolescentes, jovens e adultos. É comum a utilização das mesmas aulas, com as mesmas folhinhas e probleminhas propostos às criancinhas (inadequadas já à educação de crianças e adolescentes) em uma aula cujos educandos/as são adolescentes expulsos do diurno e/ou de jovens e adultos trabalhadores/as. As formações – continuada e em serviço – ainda não constituem rotina nas redes como avanço na qualidade da formação das trabalhadoras docentes da Educação de Jovens e Adultos – seja prosseguindo a escolarização em nível de pós-graduação, seja como sistemática de reflexão sobre a prática docente. Uma totalidade que articula pouca formação acadêmica, intensificação da jornada de trabalho, precária autonomia no processo de trabalho, por óbvio, uma relação absolutamente vulnerável na apreensão de conhecimento. Há que prestarmos atenção na suscetibilidade das professoras na EJA (e das redes como um todo) às doenças do trabalho, provocadas pela ruptura no desejo de exercer a docência com qualidade, cerceamento que desprestigia o trabalho docente. A repetição por anos a fio dessa realidade cotidiana pode

tornar-se um ingrediente no chamado “mal estar docente” ou “síndrome da desistência” – desistência da/na escola, as primeiras colegas abrem mão do trabalho docente, abandonam o magistério; e as outras professoras desistem no trabalho docente, indo à escola todo o dia, automaticamente; depressivas, sem tesão, rebaixando sua estima e repercutindo na possibilidade de apreender com sua turma.” (Revej@, 2008, p.95)

Realmente, não existe nenhuma lei exigindo concurso público específico para profissionais que trabalham com a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, Art. 206:

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006](#)).

A condição trabalhista de professores com contratos temporários interrompidos no mês de dezembro, caracteriza-se num trabalho precário, sem os direitos estabelecidos no Plano de Carreira do Magistério, também dificulta a permanência do profissional da EJA, assim como a consistência da formação continuada. Os professores que atuam na rede Municipal de São Leopoldo são concursados, com a carga horária de 20 horas, podendo ter duas matrículas na rede, por exemplo, dois concursos de 20 horas. O que acontece na modalidade EJA, são professores contratados, chamado de extensão de carga horária, por um período determinado pela rede, ou seja, conforme necessidade do sistema. Portanto o professor da EJA não possui estabilidade, ele depende da demanda do sistema, fato esse que também contribui para os indicadores da rotatividade dos professores.

A rotatividade no quadro de professores da Educação de Jovens e Adultos no município de São Leopoldo representa um grande problema enfrentado pelos gestores e implica, significativamente, na qualidade do ensino. Até quando o poder público vai fazer de conta que não enxerga este problema? Em visita a Secretaria de Educação, a fim de verificar os dados quantitativos da rotatividade, após apresentar a proposta da pesquisa para a coordenadoria da EJA, constatou-se que a rotatividade dos professores

não é um fato preocupante para o sistema, pois, se quer, a secretaria possui esses dados. Mas se a SMED oferece formação continuada aos professores da EJA, pois é o discurso que se tem, como é que ela não tem esses números? Fato como este contribui para demonstrar a importância dada ao profissional que trabalha com a modalidade EJA, aqui compreende-se, mais uma vez, porque as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica da Rede Municipal de Educação de São Leopoldo não menciona em nenhum momento os professores, a impressão que se tem é que o docente que trabalha com a EJA não é valorizado, dessa forma o profissional que atua na docência de Educação de Jovens e Adultos assume, de maneira geral, sinais de precarização, gerando crises, ocasionadas pelas péssimas condições de trabalho, a salários poucos atraentes, à não valorização do professor, além de outros problemas, ocasionando frustrações diante da atividade exercida, o que remete à rotatividade dos professores nesta modalidade. Nesse contexto, percebe-se que, no município de São Leopoldo, não só o professor que atua na EJA é desvalorizado, mas que também há descaso com a Educação de Jovens e Adultos, parece-me que a modalidade EJA é tratada como uma educação menos importante do que o ensino regular. Enquanto o centro das políticas públicas não for a escola e, principalmente, os professores, não adianta continuar com a mesma ladainha de sempre, dizendo que a EJA possui três funções, nem tampouco que a proposta pedagógica municipal da EJA tem como prerrogativa a democratização dos tempos e espaços escolares, o que o professor necessita é de condições de trabalho e formação específica para trabalhar com jovens e adultos.

O desligamento dos professores compromete não só a qualidade do ensino, como também a continuidade de trabalho em uma mesma escola. Um grande índice de rotatividade de professores deixa a escola sem identidade, pois todo trabalho docente se perde e a chegada de um novo professor leva um tempo de adaptação e com isso sempre haverá perdas, quebrando também o vínculo, o que compromete a aprendizagem pela falta de interação e continuidade no trabalho pedagógico.

É importante que cada professor sinta-se valorizado e, principalmente, seja reconhecido profissionalmente, mas para que isso aconteça, é necessário que ele acredite no seu trabalho, nas suas potencialidades, pois ninguém pode sentir-se motivado se não acreditar naquilo que faz. Além disso, profissionais motivados precisam ter a oportunidade de tomar decisões reais, participando ativamente delas na escola. De nada adianta dispor de professores capacitados, informados e

comprometidos, se não podem participar de tomadas de decisões no ambiente escolar. Também é fundamental que as contribuições feitas pelos docentes sejam colocadas em prática. Se nada mudar, é provável que o professor sinta-se frustrado e desmotivado e com isso queira mudar de escola, entrando assim para os indicadores da rotatividade. “A capacidade e motivação interna são a “alma do negócio”, pois quem faz a organização não são as máquinas e estratégias, mas principalmente as pessoas que a integram. Elas precisam sentir-se integrantes daquele lugar.” (GIL, 2001)

Motivar um profissional não é apenas recompensá-lo financeiramente, mas sim, proporcionar recompensas intrínsecas do prazer, do crescimento, do trabalho em equipe, do desafio e da sua realização, oportunizando aos professores a sentirem-se bem com suas conquistas e reconhecimento no seu ambiente de trabalho, tudo isso faz com que esse profissional sinta-se recompensado. O trabalho dos gestores é muito importante nesta hora. É preciso saber valorizar o professor, que além de ser apoiado em seu trabalho, precisa ser consultado, precisa participar, interar-se sobre tudo que diz respeito à escola. Enfim, se o docente encontrar apoio de que precisa em seu ambiente de trabalho, não vai trocar de escola e o índice de rotatividade pode diminuir consideravelmente. Em uma entrevista ao Guia prático para professores de Ensino Fundamental, o professor Carlos Roberto Jamil Cury diz:

”Nem sempre a rotatividade ou a permanência de docentes na escola depende do gestor. Há, no serviço público, ordenamentos a esse respeito. A rotatividade depende das condições de trabalho e de um salário atraente. Mas não se pode ignorar que um gestor avesso ao diálogo pode desanimar os professores a permanecer em determinada escola. Por outro lado, a capacidade de diálogo e de liderança com propostas inovadoras incita a permanência.” (CURY, 2010)

O Projeto Político Pedagógico da escola A, o qual obtive acesso, relata sobre a intenção, a meta e as estratégias de ação coletiva da EJA. A intenção é o retorno dos jovens e adultos à escola, assim como sua permanência; a meta é manter os alunos da EJA durante o ano frequentando efetivamente as aulas e as estratégias são oferecer um ensino diferenciado do diurno, trazer palestras e oficinas que tratem de assuntos ligados a essa faixa etária. Percebe-se aqui, que a escola necessita buscar fora do trabalho pedagógico estratégias para garantir a permanência do aluno na EJA, e para

garantir a permanência do professor nessa modalidade, o que a escola faz? O Projeto Político Pedagógico da EJA tem o objetivo de proporcionar as condições necessárias ao preparo do aluno para o mundo que o espera além da fronteira escolar: o mundo profissional e cidadão. Logo após apresenta os objetivos específicos de cada uma das etapas oferecidas na modalidade EJA, as quais são: Etapa I, Etapa II, Etapa III, Etapa IV e Etapa V. O documento não faz nenhuma alusão ao professor que trabalha com essa modalidade. Até quando os docentes da EJA serão ignorados pelas escolas, pelo sistema, pelas políticas públicas?

Diante dessas constatações, surgem vários questionamentos: por que não existe concurso para a Educação de Jovens e Adultos na rede municipal de São Leopoldo? Será que um professor que trabalha 40 horas no diurno tem condições de desenvolver um bom trabalho num terceiro turno, ou até mesmo, que tempo tem esse profissional que trabalha o dia todo e tem extensão na EJA, para realizar formação específica? Quais são as condições que os professores têm para dar conta do currículo da EJA sem uma formação específica nessa modalidade? Que formação esses professores têm para não entrarem para os indicadores da rotatividade?

5 ANÁLISE DOS DADOS

A partir da análise dos documentos podemos verificar os números da rotatividade dos professores da Educação de Jovens e Adultos das escolas A e B. Conforme as observações realizadas nos Livros Pontos e nos Boletins Mensais Administrativos da EJA, construiu-se gráficos, a fim de observar os números de entradas e saídas dos professores nas duas escolas.

Antes de apresentarmos os gráficos, observemos a tabela somatória geral de entradas, saídas e permanência dos professores das escolas A e B nos últimos cinco anos:

5.1 Dados Quantitativos (gráficos)

| | <i>Escola A</i> | <i>Escola B</i> |
|---|-----------------|-----------------|
| <i>Nº de professores que entraram</i> | 47 | 26 |
| <i>Nº de professores que saíram</i> | 50 | 26 |
| <i>Nº de professores que permaneceram</i> | 18 | 13 |

As escolas A e B são escolas vizinhas, ambas estão localizadas na periferia da cidade de São Leopoldo, onde o tráfico de drogas é praticado “livremente” e quem dita às ordens é o “chefão”. Os alunos das duas escolas convivem em ambientes violentos. É fato que o lugar no qual se vive interfere na formação e as pessoas são afetadas por outras que passam por suas vidas e as ajudam a formar sua personalidade. Muitos professores não estão preparados para lidar com essa realidade, embora sabe-se que, do mesmo modo que existem alunos que praticam o tráfico e a violência, há os que lutam para evitá-los. Sendo a escola um espaço público para a convivência fora da vida familiar, é lá que se encontram as diferenças e o professor precisa ser o mediador dessa convivência entre culturas diferenciadas. Não é pequeno o número de professores que não dá conta dessa realidade e acabam entrando para o índice da rotatividade, basta observar o quadro quantitativo acima.

Os professores que trabalham nas duas escolas em estudo fazem rodízio entre as escolas A e B, por exemplo, o professor de Português trabalha dois dias na escola A e dois dias na escola B e nas sextas-feiras as escolas realizam reuniões juntas, sendo uma sexta-feira na escola A e a outra sexta na escola B e assim sucessivamente. Portanto as condições de trabalho e a metodologia adotada é a mesma nas duas escolas. O número maior de circulação na escola A se dá pelo fato de que o número de turmas é maior nesta escola, ou seja, há duas turmas de etapa III, IV e V na escola A, enquanto na escola B há apenas uma turma de cada etapa.

Observemos os gráficos:

GRÁFICO 01:

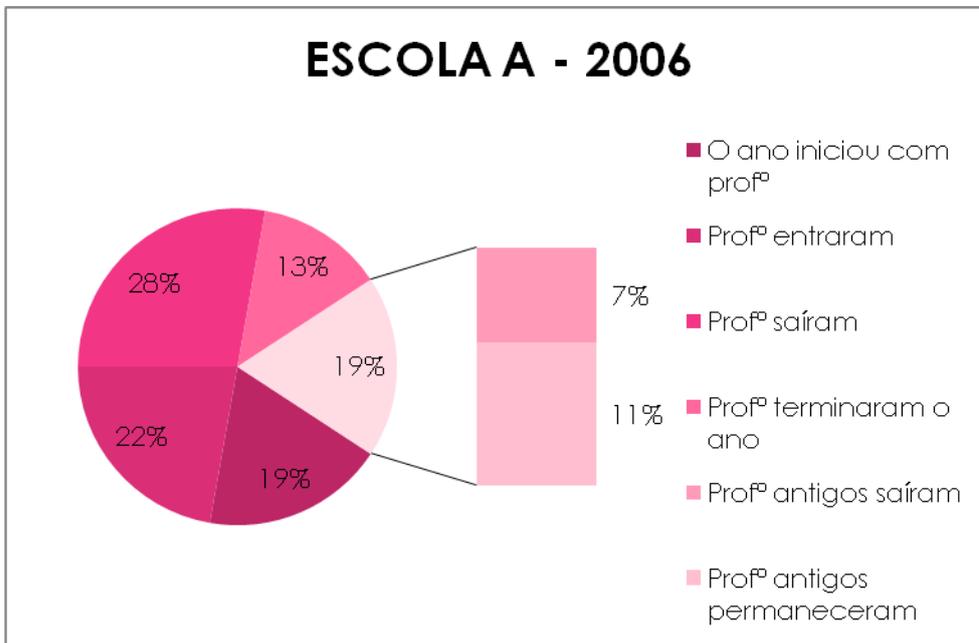
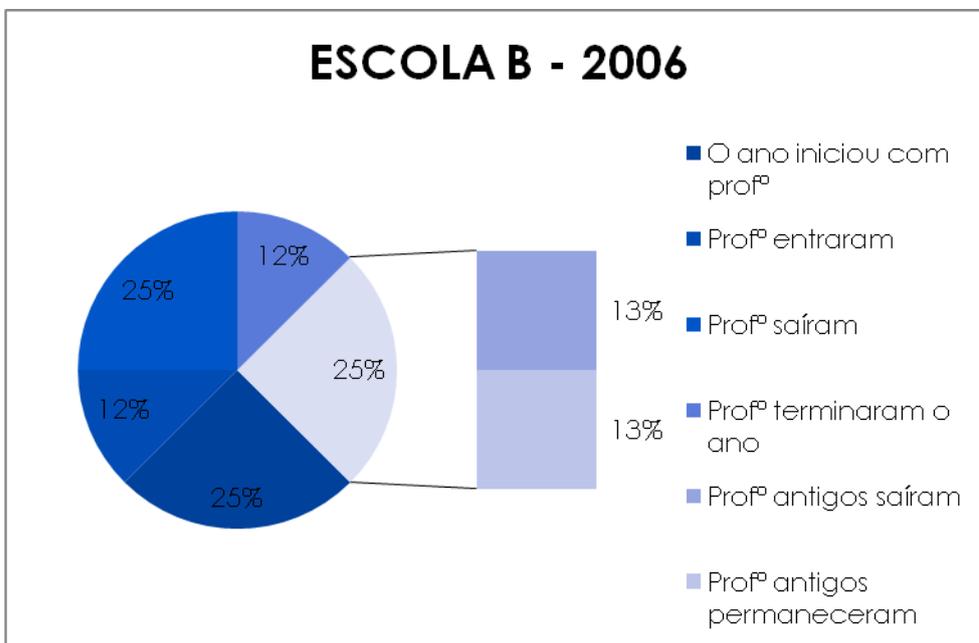


GRÁFICO 02:



Nas amostras acima percebe-se que a rotatividade dos professores no ano de 2006, em geral, foi mais intensa na escola A, apenas no item da permanência a

porcentagem da escola B foi maior. Conforme os gráficos 01 e 02, as diferenças existentes entre as escolas são: dos professores que iniciaram o ano é de 4%; dos que entraram durante o ano é de 11%; dos antigos que permaneceram é de 11%; dos antigos que saíram é de 4%; dos que saíram durante o ano é de 6% e dos professores que terminaram o ano é de 2%.

GRÁFICO 03:

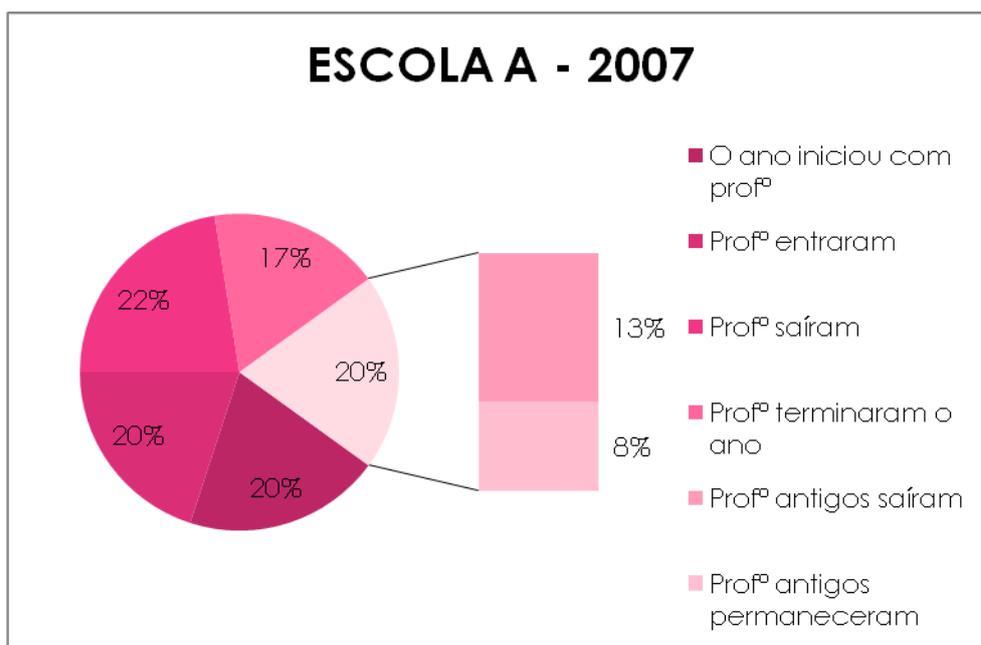
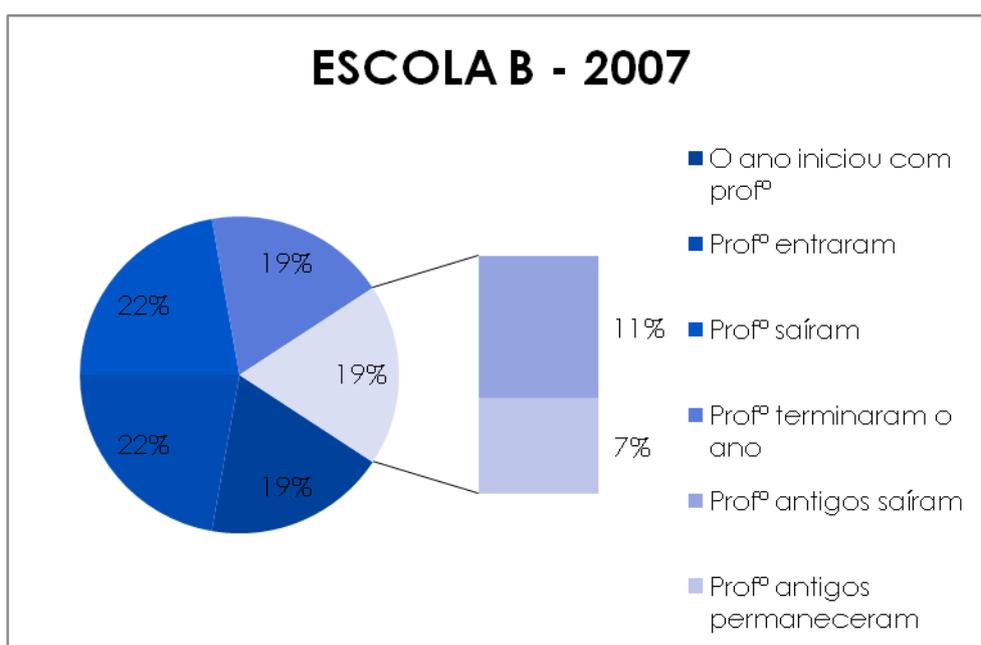
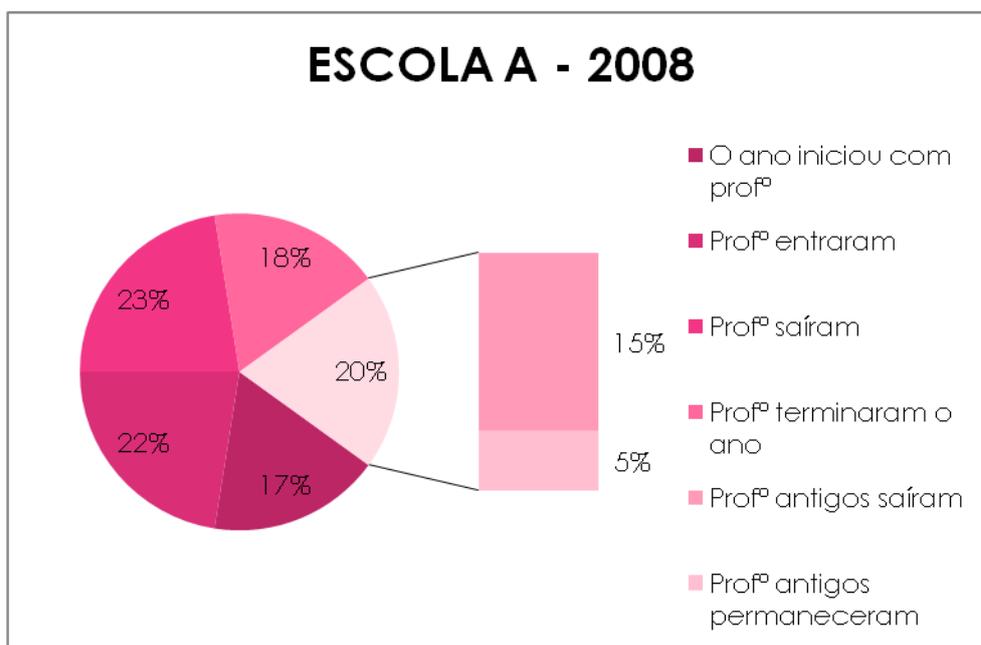


GRÁFICO 04:

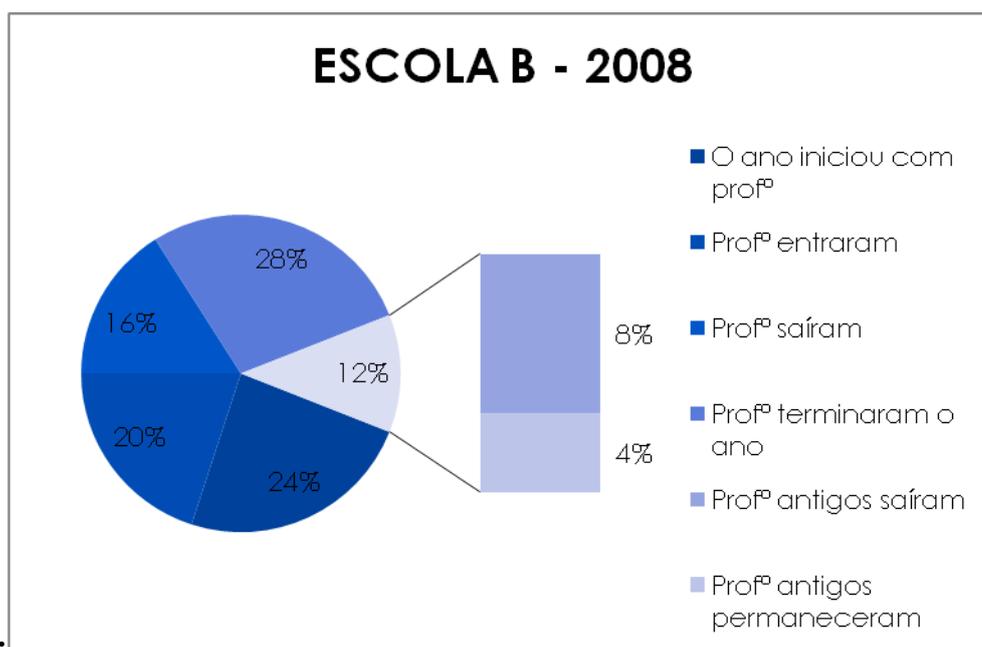


No ano de 2007, conforme revelam amostras acima, percebe-se que a rotatividade dos professores entre as duas escolas é praticamente a mesma, ou seja, a diferença é mínima. Observando os gráficos 03 e 04, as diferenças existentes entre as escolas são: dos professores que iniciaram o ano é de 1%; dos que entraram durante o ano é de 2%; dos antigos que permaneceram, bem como dos que saíram, é de 2%; dos que saíram durante o ano é igual, ambos com 22% e dos professores que terminaram o ano é de 2%.

GRÁFICO 05:



GRÁFICO



06:

No ano de 2008, a rotatividade dos professores da escola A, novamente passou a ser mais intensa, conforme revelam amostras acima. Observando os gráficos 05 e 06, as diferenças existentes entre as escolas são: dos professores que iniciaram o ano é de 5%; dos que entraram durante o ano é de 4%; dos antigos que permaneceram é de 9%; dos antigos que saíram é de 8%; dos que saíram durante o ano é de 14%, e dos professores que terminaram o ano é de 6%.

GRÁFICO 07:

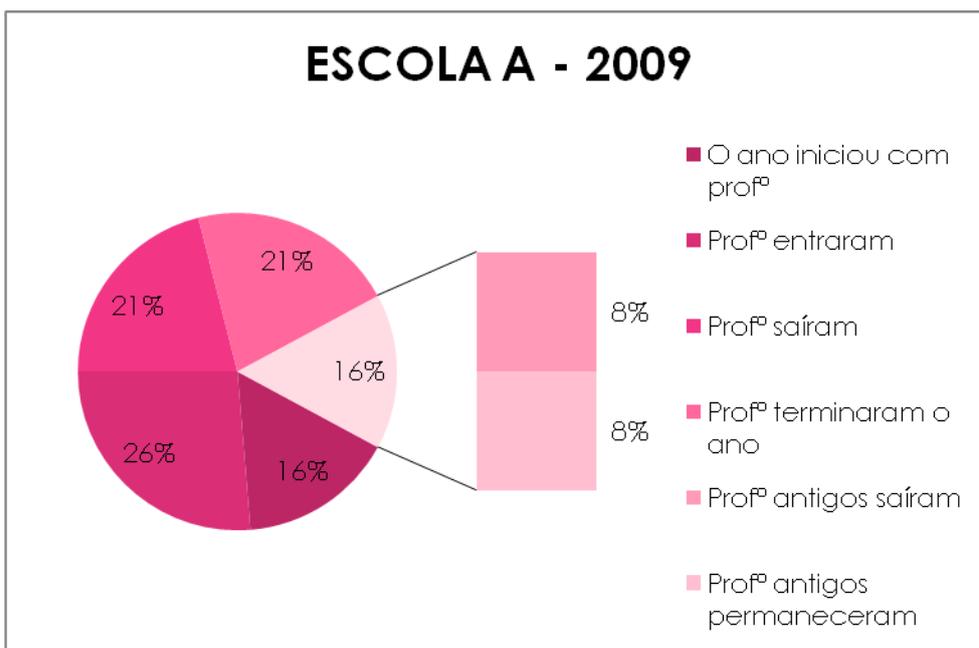
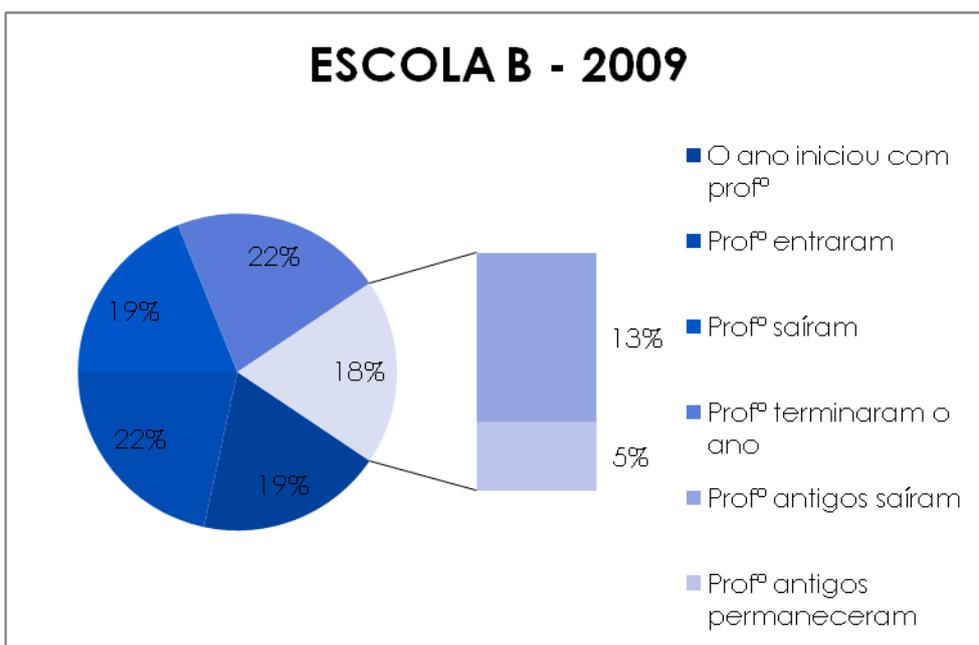


GRÁFICO 08:



Segundo dados dos gráficos acima, no ano de 2009, a diferença da rotatividade dos professores entre as duas escolas voltou a ser baixa. Conforme os gráficos 07 e 08, as diferenças existentes entre as escolas são: dos professores que iniciaram o ano é de 3%; dos que entraram durante o ano é de 4%; dos antigos que permaneceram é de 3%; dos antigos que saíram é de 5%; dos que saíram durante o ano é igual, ambos com 2% e dos professores que terminaram o ano é de 1%.

GRÁFICO 09:

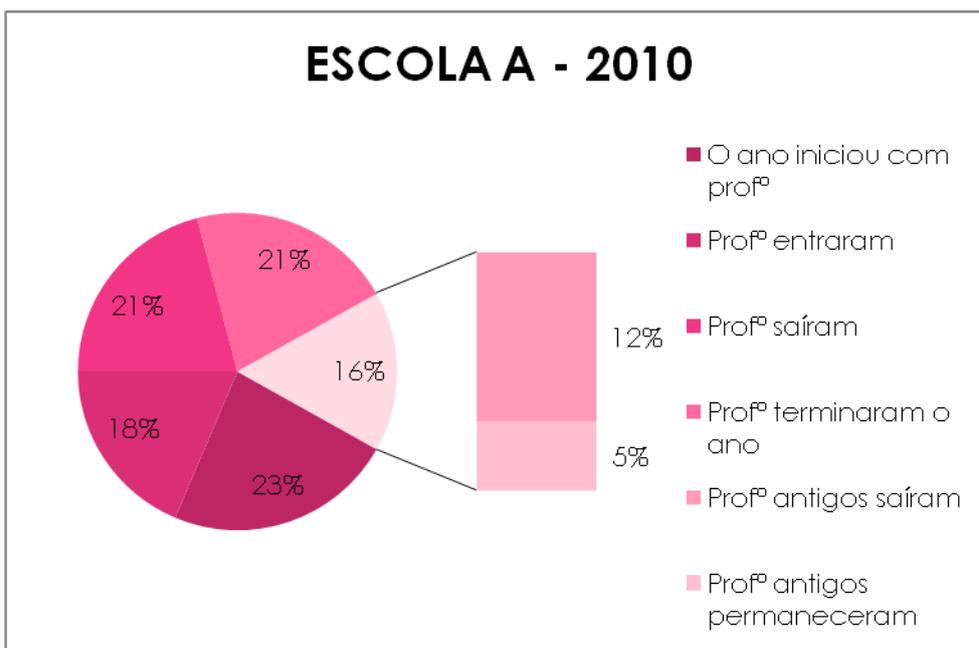
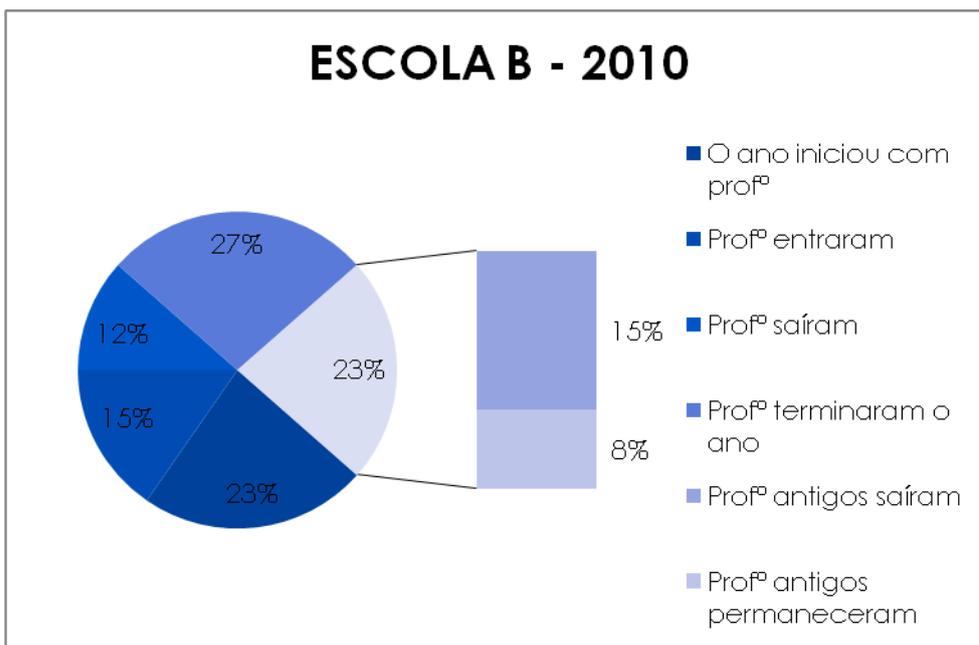


GRÁFICO 10:



No ano de 2010, as diferenças mais significativas entre as duas escolas se deram nos itens dos professores que saíram durante o ano e dos professores que terminaram o ano nas escolas. Nos demais itens, não houve grandes diferenças. Conforme os gráficos 09 e 10, as diferenças existentes entre as escolas são: dos professores que iniciaram o ano é de 1%; dos que entraram durante o ano é de 2%; dos antigos que permaneceram é de 3%; dos antigos que saíram é de 4%; dos que saíram durante o ano é de 7% e dos que terminaram o ano é de 7%.

Embora a diferença entre as duas escolas não seja o fato mais significativo, o que revela esta análise é que em ambas as escolas a rotatividade dos professores é altíssima. E para conhecer o porquê desse índice tão elevado de circulação dos profissionais que trabalham com a EJA foi aplicado, com os professores que deixaram a EJA nos últimos cinco anos, entrevista com os seguintes questionamentos: Como e por que começou a trabalhar com a EJA? Em que ano começou a lecionar na modalidade de Educação de Jovens e Adultos? Realizou curso específico para trabalhar com a EJA? Quando trabalhava com essa modalidade, qual era sua carga horária? Qual é sua formação? Possui formação específica para trabalhar com Educação de Jovens e Adultos? Qual? Quando trabalhava com a modalidade EJA, havia formação continuada em serviço? Por que deixou de trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos? Em que ano saiu? Os questionários aplicados nos auxiliaram na reflexão sobre a rotatividade dos professores da EJA. As perguntas foram direcionadas para compreensão dos motivos pelos quais os professores entraram para os indicadores da rotatividade.

Através da pesquisa estruturada, pretende-se “discutir” o porquê de tanto entrar e sair de professores durante o ano nas escolas A e B do município de São Leopoldo.

Apresentamos a seguir os dados qualitativos e realizamos algumas análises:

5.2 Dados Qualitativos (quadros)

Quadro 01 - Informações dos professores da EJA sobre como e por que começaram a trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos:

| | |
|------------------|--|
| <i>Professor</i> | <i>Como e por que começou a trabalhar com a EJA?</i> |
|------------------|--|

| | |
|----|--|
| 01 | <i>Falta de professor.</i> |
| 02 | <i>Falta de professor.</i> |
| 03 | <i>Dificuldades financeiras.</i> |
| 04 | <i>Falta de professor.</i> |
| 05 | <i>Falta de professor.</i> |
| 06 | <i>Convite da direção.</i> |
| 07 | <i>Boa remuneração.</i> |
| 08 | <i>Falta de professor.</i> |
| 09 | <i>Falta de professor.</i> |
| 10 | <i>Falta de professor.</i> |
| 11 | <i>Por acreditar que haveria pessoas com mais idade e com interesse em aprender.</i> |
| 12 | <i>Para complementação de carga horária e por achar que seria um desafio.</i> |

As respostas dos professores sobre como se inseriram profissionalmente na modalidade EJA nos levam a refletir sobre a rotatividade. Os dados acima revelam que a maioria dos professores ingressou na EJA, não por vontade própria ou por opção, mas sim, porque faltava professor para trabalhar com essa modalidade, assim como para complementação da carga horária, e ainda por convite da direção, ou seja, sempre por necessidade da rede. Apenas um professor revelou ter ingressado na EJA por desejo, por motivos pedagógicos. Neste primeiro quadro já temos um dado bastante significativo para a contribuição da rotatividade dos professores na EJA, pois como é possível um professor ser permanente se ele não possui o desejo de trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos?

Quadro 02 - Informações sobre a formação dos professores da EJA:

| <i>Professor</i> | <i>Qual é sua formação? Possui formação específica para trabalhar com Educação de Jovens e Adultos? Qual?</i> |
|------------------|---|
| 01 | <i>Letras – não tem curso específico para trabalhar com EJA.</i> |
| 02 | <i>Magistério – não tem curso específico para trabalhar com EJA.</i> |
| 03 | <i>Letras – não tem curso específico para trabalhar com EJA.</i> |
| 04 | <i>Magistério – não tem curso específico para trabalhar com EJA.</i> |
| 05 | <i>Letras (incompleto) – não tem curso específico para trabalhar com EJA.</i> |
| 06 | <i>Magistério – não tem curso específico para trabalhar com EJA.</i> |
| 07 | <i>Magistério – não tem curso específico para trabalhar com EJA.</i> |
| 08 | <i>Ciências Biológicas – não tem curso específico para trabalhar com EJA.</i> |
| 09 | <i>Dança – não tem curso específico para trabalhar com EJA.</i> |
| 10 | <i>Geografia (Mestrado) – não tem curso específico para trabalhar com EJA.</i> |
| 11 | <i>História – não tem curso específico para trabalhar com EJA.</i> |
| 12 | <i>Pedagogia – não tem curso específico para trabalhar com EJA.</i> |

De acordo com este quadro é possível observar que, dos doze professores, nenhum possui formação específica para trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos. Consta-se que os professores não tiveram contato com a EJA na sua formação, ou seja, são professores sem referências para trabalhar com essa modalidade, por isso a falta de interesse para lecionar com jovens e adultos, a sua formação não os sensibilizou

para trabalhar com esse alunado específico da EJA. Nessa perspectiva, percebe-se que, para a SMED, o professor que atua na EJA não precisa de formação específica, sendo assim, parece que qualquer pessoa pode lecionar com a Educação de Jovens e Adultos, desde que tenha algum curso relacionado à educação. Entende-se, portanto, que a formação específica não é fator principal para trabalhar com a EJA, pois o que é levado em consideração é a manifestação de interesse por parte do professor. Esse fato remete à própria história das práticas voltadas para jovens e adultos. Apesar das conquistas das últimas décadas que colocam a EJA como um direito, ainda é comum a concepção de que nessa modalidade, como adverte CURY, basta à boa vontade para trabalhar com jovens e adultos. Segundo COUTO e BOMFIM, a EJA sempre foi vista como uma modalidade de ensino que não requer, de seus professores, estudos e nem especialização, mas sim como um campo eminentemente ligado à boa vontade. Em razão disso, são raros os professores formados/capacitados na área, existindo a ideia de que qualquer professor é automaticamente um professor de jovens e adultos. Conforme relata CARVALHO (2000), na Nova Lei de Diretrizes e Bases e a Formação de Professores para a Educação Básica, qualquer um, com formação inicial em outra área profissional, desde que queira, desde que deseje, poderá tornar-se professor, bastando o acréscimo de estudos de natureza pedagógica. Esse quadro ratifica que esta é a concepção da SMED no município de São Leopoldo.

Quadro 03 – Informações sobre os motivos pelos quais levaram os professores a abandonar a Educação de Jovens e Adultos:

| <i>Professor</i> | <i>Por que deixou de trabalhar com a EJA?</i> |
|------------------|---|
| <i>01</i> | <i>Falta de respeito e interesse por parte dos alunos e por ser vítima de roubo dentro da sala de aula. Também pelo excesso de carga horária.</i> |
| <i>02</i> | <i>Para fazer faculdade.</i> |
| <i>03</i> | <i>Passou no concurso em outro município.</i> |
| <i>04</i> | <i>Excesso de carga horária.</i> |

| | |
|----|--|
| 05 | <i>Excesso de carga horária.</i> |
| 06 | <i>Para fazer graduação.</i> |
| 07 | <i>Excesso de carga horária.</i> |
| 08 | <i>Excesso de carga horária, muito trabalho para preparar aulas e corrigir trabalhos e provas.</i> |
| 09 | <i>Outros compromissos.</i> |
| 10 | <i>Necessidade da escola de professor de Geografia no diurno.</i> |
| 11 | <i>Desgosto, pois ingressou na EJA achando que iria encontrar alunos interessados na aprendizagem e não foi o que aconteceu.</i> |
| 12 | <i>Foi chamada em outro concurso.</i> |

Conforme as informações deste quadro, percebe-se que os motivos da desistência de trabalhar com a EJA são diversos, mas o que mais se repete é o fato da excessiva carga horária, que está diretamente ligada aos salários medíocres, incompatíveis com as exigências da profissão. O baixo salário é o ponto crucial da crise do ensino público, pois o professor precisa dobrar, ou até mesmo, como revela a pesquisa, triplicar seu turno de trabalho, sem remunerações compensadoras. Com o excesso de carga horária o professor não encontra tempo para o desenvolvimento das atividades de preparo de aulas, de correção de trabalhos e provas, pois essas atividades precisam ser feitas fora da sala de aula, porque o período de hora-atividade do professor realizado nas escolas não são suficientes para todo o trabalho que o professor deve realizar para dar conta de uma prática pedagógica significativa e de qualidade. A sobrecarga de atividades e tarefas impostas aos professores está fazendo-os sentirem-se desanimados, estressados e insatisfeitos com sua condição. Ao sentirem-se cansados, exaustos por conta das grandes jornadas de trabalho a que se submetem para garantir um salário digno, acabam entrando para os indicadores da rotatividade. Evidentemente, tal situação é um fator relevante para a rotatividade dos professores, pois chega uma hora que o cansaço fala mais alto e o professor não tem mais condições de trabalhar tantas

horas diárias e acaba deixando sempre o turno da noite, por ser o período de trabalho precário, em que o profissional trabalha sem receber seus direitos como férias, décimo terceiro, programa alimentação e vale transporte.

Quadro 04 – Informações sobre o tempo em que permaneceu trabalhando com a EJA:

| <i>Professor</i> | <i>Quanto tempo permaneceu trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos?</i> |
|------------------|--|
| <i>01</i> | <i>2 anos</i> |
| <i>02</i> | <i>4 anos</i> |
| <i>03</i> | <i>2 anos</i> |
| <i>04</i> | <i>4 meses</i> |
| <i>05</i> | <i>1 ano</i> |
| <i>06</i> | <i>4 meses</i> |
| <i>07</i> | <i>1 ano e meio</i> |
| <i>08</i> | <i>3 anos e meio</i> |
| <i>09</i> | <i>1 ano e 7 meses</i> |
| <i>10</i> | <i>2 anos</i> |
| <i>11</i> | <i>5 meses</i> |
| <i>12</i> | <i>5 meses</i> |

Percebe-se uma variedade grande entre os tempos de permanência na EJA. Diante do quadro acima podemos verificar que, nos últimos cinco anos, dos doze

professores entrevistados, apenas um professor permaneceu trabalhando na EJA durante quatro anos. Depois deste, o que permaneceu mais tempo foram três anos e meio, três professores lecionaram durante dois anos, mais três por um pouco mais de um ano e quatro professores trabalharam na EJA por alguns meses. Com toda essa rotatividade, como é que fica a qualidade da educação? Todos saem prejudicados, quem fica apenas alguns meses com uma turma não cria vínculos com os alunos, o que compromete a aprendizagem pela falta de interação e continuidade no trabalho pedagógico, prejudicando assim a construção da identidade escolar.

Quadro 05 – Informações sobre a formação continuada em serviço:

| <i>Professor</i> | <i>Quando trabalhava na EJA havia formação continuada em serviço?</i> |
|------------------|---|
| <i>01</i> | <i>Havia reuniões, as quais eram consideradas formação continuada.</i> |
| <i>02</i> | <i>Não.</i> |
| <i>03</i> | <i>Havia reuniões, as quais eram consideradas formação continuada.</i> |
| <i>04</i> | <i>Não.</i> |
| <i>05</i> | <i>Não respondeu.</i> |
| <i>06</i> | <i>Não.</i> |
| <i>07</i> | <i>Havia reuniões, as quais eram consideradas formação continuada.</i> |
| <i>08</i> | <i>Havia reuniões, as quais eram consideradas formação continuada.</i> |
| <i>09</i> | <i>Havia reuniões, as quais eram consideradas formação continuada.</i> |
| <i>10</i> | <i>Havia reuniões, as quais eram consideradas formação continuada.</i> |
| <i>11</i> | <i>Faziam de conta que proporcionavam formação continuada, pois eram apenas reuniões.</i> |
| <i>12</i> | <i>Sim.</i> |

Nas respostas, constata-se o descaso em relação à formação dos profissionais da EJA no município de São Leopoldo. Apenas um professor, dos doze entrevistados afirma que a secretaria de Educação oferece formação continuada em serviço, sendo que esse mesmo professor que diz ter essa formação, permaneceu na EJA apenas cinco meses, então que formação continuada é essa? De acordo com o quadro acima é possível observar que a formação continuada dos professores não ocorre, o que acontece são reuniões, as quais são repassadas cronogramas com atividades a serem cumpridas, amostras de trabalhos realizados em sala de aula, entre outras atividades como palestras que na verdade não se caracterizam como formação em EJA. Até quando a SMED vai fazer de conta que proporciona formação continuada em serviço. Eu mesma sou vítima desse descaso, pois quando iniciei o Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos e Privados de Liberdade, o discurso era de que seria promovido o curso e que eu seria dispensada para fazê-lo no período do trabalho, quando iniciou o ano, a supervisora comunicou-me que havia organizado meu horário na EJA para que nas quartas-feiras (dia de aula na UFRGS) coincidisse com o dia da minha folga, ou seja, que formação continuada em serviço é essa, e ainda, todos os sábados que havia e há atividades na escola eu necessito “pagar” essas horas em um outro dia. Será que é tão difícil para a Secretaria de Educação de São Leopoldo se dar conta de que os cursos de formação continuada em serviço devem utilizar uma prática que envolva os educadores através da reflexão crítica sobre as verdadeiras características dos educandos da EJA, oportunizando ao professor perceber que é preciso flexibilidade para lidar com o inesperado, que é preciso respeito pelo tempo do “outro”, ou seja, que cada um tem seu ritmo, entender que é preciso induzir os jovens e adultos a dar suas opiniões, expor seus saberes, refletir sobre suas ações. Sabemos que para alguns professores esse tipo de formação está bom por “n” motivos: falta de hábito de refletir sobre sua prática, porque não tiveram referência à modalidade EJA na sua formação e com isso não estão sensibilizados para trabalhar com jovens e adultos, usando a mesma metodologia do ensino regular, não possuem disciplina intelectual e acham que para trabalhar com a EJA não precisa formação específica, qualquer coisa serve, enfim, existe, para alguns professores que trabalham com a Educação de Jovens e Adultos, uma grande resistência para realizar formação continuada. Chega de reuniões em que o professor vai para colocar as fofocas em dia, falar mal do sistema, lamentar sobre seu cansaço. O professor

que trabalha com a modalidade de ensino EJA, na sua grande maioria, quer formações que realmente contribuam para sua prática pedagógica, que busquem a participação social e política dos educando, o professor não realiza formação apenas para aumentar sua remuneração, e sim, para tornarem-se agentes de transformação social e política do país. Enquanto a SMED não proporcionar, verdadeiramente, a formação continuada em serviço, o índice de rotatividade dos professores da EJA vai aumentar cada vez mais.

Quadro 06 – Informações sobre a carga horária dos professores da EJA:

| <i>Professor</i> | <i>Quando trabalhava com a modalidade de ensino EJA, qual era sua carga horária?</i> |
|------------------|--|
| <i>01</i> | <i>60 horas semanais.</i> |
| <i>02</i> | <i>Respondeu somente a carga horária da EJA, que era de 20 horas semanais.</i> |
| <i>03</i> | <i>Respondeu somente a carga horária da EJA, que era de 12 horas semanais.</i> |
| <i>04</i> | <i>60 horas semanais.</i> |
| <i>05</i> | <i>50 horas semanais.</i> |
| <i>06</i> | <i>Não respondeu.</i> |
| <i>07</i> | <i>52 horas semanais.</i> |
| <i>08</i> | <i>52 horas semanais.</i> |
| <i>09</i> | <i>Respondeu somente a carga horária da EJA, que era de 10 horas semanais.</i> |
| <i>10</i> | <i>Não respondeu.</i> |
| <i>11</i> | <i>52 horas semanais.</i> |

| | |
|----|--|
| 12 | <i>Respondeu somente a carga horária da EJA, que era de 15 horas semanais.</i> |
|----|--|

Neste último quadro, embora alguns professores responderam apenas a carga horária trabalhada na EJA, sabe-se que eles trabalham em pelo menos mais de um turno, pois não existe concurso para trabalhar apenas com a EJA no município de São Leopoldo. Com base nas informações do quadro acima, observa-se que o profissional que trabalha com a Educação de Jovens e Adultos possui carga horária excessiva. Também se sabe que o professor que trabalha dois ou três turnos possui um número altíssimo de alunos. Que qualidade de ensino poderá oferecer um docente atendendo a essa quantidade de alunos e com excesso de carga horária? Que tipo de atendimento individual ele poderá dar aos alunos com sérias defasagens de aprendizagens? Que tempo lhe sobra para correção de avaliações e o preparo de aulas para esse contingente de alunos? Se as políticas públicas do município tivessem algum interesse pela educação, realizariam concurso específico para os profissionais que desejam trabalhar com jovens e adultos e que gostariam de trabalhar em apenas um turno, a fim de não precisarem submeter-se a trabalhar sob a condição de extensão de carga horária, a qual não lhes dá os direitos garantidos pelo Plano de Carreira do Magistério. Se as políticas públicas fossem voltadas para a qualidade do ensino, a rede de professores da EJA tornar-se-ia muito mais permanente. A efetivação dos docentes em EJA evitaria a rotatividade de professores nas escolas. O que se observa na rede pública é que, ano após ano, um enorme contingente de docentes, em razão da precária condição de trabalho, mudam de escolas, deixando inconclusas ações e projetos, que vinham desenvolvendo. Quantas experiências bem sucedidas são abortadas em decorrência dessa rotatividade?

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não resta a menor dúvida que a pesquisa sobre a rotatividade dos professores na EJA do município de São Leopoldo ainda precisa ser objeto de uma análise maior, a

qual abranja todas as 15 escolas que oferecem a Educação de Jovens e Adultos. No entanto, com o estudo realizado nas duas escolas públicas do município, já temos uma pequena amostra de que a EJA é mais um agravante dos inúmeros problemas da Educação Básica no Brasil.

Após conhecer a realidade das duas escolas, através da análise dos documentos e da pesquisa estruturada, a qual evidencia que o docente atuante na EJA não começa a trabalhar nessa modalidade por vontade própria, não possui formação específica, não é contemplado com a formação continuada em serviço e possui carga horária excessiva, constatou-se sinais de precariedade na formação dos professores da Educação de Jovens e Adultos no município de São Leopoldo, gerando crises, provocadas pelas péssimas condições de trabalho, a salários pouco atraentes, a não-valorização dos docentes, além de outros problemas, ocasionando frustrações diante da atividade exercida, o que gera, certamente, a rotatividade dos professores das escolas em estudo.

O poder público precisa urgentemente repensar suas políticas públicas para que essas contemplem os professores da EJA, começando pelo concurso público específico para profissionais que queiram trabalhar apenas com Educação de Jovens e Adultos, ou seja, com a carga horária de 20 horas, pois um dos grandes motivos da desistência dos docentes na EJA é a carga horária excessiva, a qual gera a sobrecarga de trabalho.

Porém apenas concurso público para EJA não basta, o que o professor quer é condições de trabalho e formação. Enquanto não tivermos no Brasil políticas públicas que considerem o professor como elemento chave de todo processo educacional, não adianta concurso para trabalhar com jovens e adultos. Queremos salários dignos e todos os direitos garantidos, a certeza de que chegaremos ao mês de dezembro com o 13% e férias compatíveis com as horas trabalhadas e todos os direitos que um professor concursado tem.

Para que os indicadores da rotatividade dos professores na EJA no município de São Leopoldo diminua, necessitamos, parafraseando DJALMA, de uma política pública de formação, que trate, de maneira ampla, simultânea, e de forma integrada, tanto da formação inicial, como das condições de trabalho, remuneração, carreira e formação continuada em serviço, somente assim se garantirá professores qualificados e motivados para proporcionar um ensino de qualidade.

A realidade que se apresenta é um município onde os professores da EJA convivem com o descaso das autoridades e com a inexistência de políticas públicas que viabilizem uma melhora nas condições de trabalho oferecidas aos professores.

A falta de tempo traz sérias consequências para o trabalho do professor da EJA. Este se vê, ao mesmo tempo, impedido de buscar novas alternativas pedagógicas para serem utilizadas em sala de aula, ou seja, não consegue realizar a formação continuada, pois essa não é oferecida em serviço, dessa forma se vê incapaz de suprir, com qualidade, às necessidades dos seus alunos. Portanto a falta de tempo, gerada pela necessidade de dobrar, ou até mesmo triplicar, sua jornada de trabalho advindas dos baixos salários pagos é responsável por uma perda de eficiência no processo ensino-aprendizagem.

O estudo exploratório realizado nas escolas A e B no município de São Leopoldo revelou dados bem claros sobre os motivos pelos quais os professores destas duas escola públicas entram para os indicadores da rotatividade. Essas características acabam levando os professores da EJA a expressarem sinais de mal-estar docente, angústia, desânimo, ou até mesmo, vontade de desistir da profissão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Raimundo Helvécio Almeida. **Educação de adultos no Brasil: políticas de (des)legitimação: Histórico e Problemáticas da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2001, p.19-27.

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2005.

BONI, Valdete, QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica em Sociologia Política da UFCS. V. 2, Nº 1, janeiro/julho/2005, p.68-80.

BRASIL. **Comissão de Educação de Jovens e Adultos** – Parecer nº 774/99 – Processo CEED, nº 553/27. 00/99.7.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

CARVALHO, Djalma Pacheco de. **A Nova Lei de Diretrizes e Bases e a Formação de Professores para a Educação Básica**.

CLEMENTE, Fabiane *apud* GIL, A. C. (2007). **Pesquisa qualitativa, exploratória e fenomenológica: Alguns conceitos básicos**. Sítio Administradores <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/pesquisa-qualitativa-exploratoria-e-fenomenologica-alguns-conceitos-basicos/14316/>>. Acessado em 17 de abril de 2010.

CUNHA, Conceição Maria da. **Introdução – discutindo conceitos básicos**. In: **SEED-MEC Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos**. Brasília, 1999.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Parecer 11/2000**. Brasília: MEC. 2000.

FONSECA, Laura Souza. **Artigo: EJA: lutas e conquistas! - a luta continua: formação de professoras em EJA.** REVEJ@ - Revista de Educação de Jovens e Adultos. Artigo v. 2, n. 2, p. 1 – 161. Ago. 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (orgs). **A experiência do trabalho e a educação básica.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GARCIA, Elisete Enir Bernardi. **Apolítica da Educação de Jovens e Adultos em São Leopoldo/RS, na perspectiva de seus sujeitos.** Programa de Pós-graduação em Educação – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2011.

GIL, Antônio Carlo. **Gestão de Pessoas: Enfoque nos Papéis Profissionais.** São Paulo. Atlas, 2001.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa.** 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução.** 2ª edição. São Paulo: EDUC, 1999.

MEDEIROS, Nilza Renata. **Seminário: Análise documental.** Jun.2006.

SÃO LEOPOLDO. **Regimento Escolar Padrão para Educação de Jovens e Adultos – São Leopoldo – Ensino Fundamental (Parcial) – REPEJA – EF2 “Aprender é possível”.** Prefeitura Municipal de São Leopoldo – Estado do Rio Grande do Sul – Secretaria Municipal de Educação, 2000.

SÃO LEOPOLDO. **Regimento Padrão das Escolas Municipais de Ensino Fundamental de São Leopoldo** – Aprovado pelo Parecer CME/CENF Nº 005/2009 em 16 de dezembro de 2009.

SOARES, Leônicio José Gomes. **A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais.** Revista Presença Pedagógica, v. 2, nº11, Dimensão, set/out, 1996.

SOARES, Leôncio José Gomes. **O surgimento dos Fóruns de EJA no Brasil: articular, socializar e intervir. In: RAAB, Alfabetização e Cidadania – Políticas Públicas e EJA.** Revista de EJA, Nº 17, maio de 2004.